

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO**

Allan Matos de Souza

**RELAÇÕES PÚBLICAS NAS CRISES CONTEMPORÂNEAS: DA HEGEMONIA
CORPORATIVA À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

SÃO PAULO
2024

Allan Matos de Souza

**RELAÇÕES PÚBLICAS NAS CRISES CONTEMPORÂNEAS: DA HEGEMONIA
CORPORATIVA À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à disciplina de Relações
Públicas do Departamento de Relações
Públicas, Propaganda e Turismo da Escola
de Comunicações e Artes da Universidade
de São Paulo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Valéria Castro
Lopes

SÃO PAULO
2024

Autorização de Publicação Ficha Catalográfica

<https://biblioteca.sistemas.eca.usp.br/solicitacoes/ficha-catalografica#no-back>

Nome: Allan Matos de Souza

Título: **Relações Públicas nas Crises Contemporâneas: da Hegemonia Corporativa à Transformação Social**

Aprovado em ____ / ____ / ____

Banca:

Nome: _____

Instituição: _____

Nome: _____

Instituição: _____

Nome: _____

Instituição: _____

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade examinar criticamente a trajetória das Relações Públicas no Brasil, revelando como a disciplina, tradicionalmente alinhada a interesses corporativos e hegemônicos, tem potencial para uma atuação transformadora na sociedade contemporânea. Partindo da análise de suas diferentes cosmovisões – do paradigma informativo-persuasivo às perspectivas críticas emergentes –, a pesquisa investiga caminhos para uma prática emancipatória da profissão. Em diálogo com a Escola Crítica de Relações Públicas e as Relações Públicas Populares, e fundamentada nas contribuições teóricas de Peruzzo, Lemos e Di Felice, esta investigação propõe reimaginar o papel da área para além de sua função conciliatória tradicional. Em um cenário marcado por profundas crises ecológicas e transformações digitais, argumenta-se que a atuação pode e deve se reinventar como catalisadora de mudanças sociais, fomentando novas narrativas e práticas que privilegiem a cidadania ativa e a participação social efetiva.

Palavras-chave: Relações Públicas; Teoria Crítica; Transformação Social; Cidadania Digital; Crises Contemporâneas;

ABSTRACT

This work aims to critically delve into the trajectory of Public Relations in Brazil, revealing how the discipline, traditionally aligned with corporate and hegemonic interests, has the potential for transformative action in contemporary society. Starting from the analysis of its different worldviews – from the informative-persuasive paradigm to emerging critical perspectives –, the research investigates paths toward an emancipatory practice of the profession. In dialogue with Critical Theory and Popular Public Relations, and grounded in the theoretical contributions of Peruzzo, Lemos, and Di Felice, this investigation proposes to reimagine the role of Public Relations beyond its traditional conciliatory function. In a scenario marked by profound ecological crises and digital transformations, it is argued that the profession can and should reinvent itself as a catalyst for social change, fostering new narratives and practices that privilege active citizenship and effective social participation.

Keywords: Critical Theory; Social Transformation; Digital Citizenship; Contemporary Crises;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –Cosmovisão ampliada da disciplina de relações públicas: principais características	41
Gráfico 1 – Distribuição das correntes teóricas por década.....	23
Quadro 1 – Abordagens de estudo em Relações Públicas	46
Quadro 2 – Matrizes Epistemológicas de CPAC	52
Tabela 1 – Dissertações em Comunicação Organizacional e em Relações Públicas de 2000 a 2014 por temática	29
Tabela 2 – Teses em Comunicação Organizacional e em Relações Públicas de 2000 a 2014 por temática.....	29
Tabela 3 – Dissertações em Comunicação Organizacional e em Relações Públicas de 2000 a 2014 por temáticas mais recorrentes	30
Tabela 4 – Teses em Comunicação Organizacional e em Relações Públicas de 2000 a 2014 por temáticas mais recorrentes	31
Tabela 5 – Teses em Comunicação Organizacional e em Relações Públicas de 2015 a 2020, por temáticas mais abordadas	32

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. RELAÇÕES PÚBLICAS EM FUNÇÃO DOS INTERESSES HEGEMÔNICOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS BASES HISTÓRICAS E TEÓRICAS NO BRASIL À LUZ DAS REFLEXÕES DE PERUZZO	13
2.1. O surgimento das Relações Públicas nos Estados Unidos como instrumento de persuasão, harmonia e manutenção de reputação	13
2.2. O início da atuação profissional na História Brasileira sob a perspectiva crítica de Peruzzo.....	17
2.3. A crítica de Peruzzo aos pressupostos teóricos de Relações Públicas: Uma reflexão sobre funcionalismo e fundamentos da disciplina no Brasil	19
2.4. Além da escola tradicional: avaliando a validade da crítica de Peruzzo nas diferentes abordagens de Relações Públicas	25
2.5. Evolução do cenário teórico de Relações Públicas no século XXI	28
3. TEORIA E PRÁTICA DE RELAÇÕES PÚBLICAS PARA ALÉM DO FUNCIONALISMO – ESCOLA CRÍTICA BRASILEIRA DE RELAÇÕES PÚBLICAS E A COMUNICAÇÃO POPULAR	35
3.1. A disciplina e as primeiras cosmovisões dominantes em Relações Públicas	35
3.2. A cosmovisão emergente “sentido-identidade”: virada sociocultural.....	39
3.3. A Escola Crítica de Relações Públicas: visões amplas e complexas da disciplina	40
3.4. Escola Crítica de Relações Públicas brasileira e sua relação histórica com a Comunicação Popular	47
3.5. Comunicação Popular, suas matrizes epistemológicas e como podem mudar as Relações Públicas.....	50
4. CAMINHOS POSSÍVEIS E DESAFIOS PARA UMA ATUAÇÃO CRÍTICA E POPULAR EM RELAÇÕES PÚBLICAS.....	55
4.1. Crises contemporâneas: a necessidade de revisão de referenciais teóricos e políticos ocidentais.....	55
4.2. As limitações dos binômios tradicionais frente à contemporaneidade: as Relações Públicas e sua herança ocidental e corporativa.....	62
4.3. A proposta de novos caminhos para a disciplina através da Escola Crítica	64
4.4. Relações Públicas Populares: uma perspectiva transformadora para os desafios contemporâneos	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	74

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, e em parte relevante do âmbito profissional e acadêmico no Brasil, as Relações Públicas são associadas à manutenção de um relacionamento terno e dócil entre organizações e seus públicos.

Independente dos *stakeholders* envolvidos, a atividade, segundo parte da bibliografia brasileira, visaria manter uma conciliação entre os interesses dos públicos e o interesse privado da organização, permitindo que a convergência e a cumplicidade prevaleçam. É a utopia de uma sociedade mais elegante e harmoniosa, a qual Simões (1995) descreve como o objetivo da profissão.

A organização, através de missões e valores direcionados não somente para o lucro, contaria com o apoio de Relações Públicas, uma função ideológica e politicamente neutra, para apoiar e criar relacionamentos saudáveis com seus públicos, possibilitando um sistema funcional em que houvesse um alinhamento entre os interesses da corporação e seu ambiente.

A prática deste alinhamento de interesses, contudo, evoluiu com a história. Em seu início, as Relações Públicas se pautavam no oferecimento de informações e na persuasão dos diferentes públicos quanto à importância da organização na sociedade, porém, hoje em dia, a atuação se baseia na simetria e na importância do planejamento organizacional levar em consideração seu rol de públicos.

Em um olhar mais macrossocial, o valor das Relações Públicas é fazer com que as organizações se posicionem de forma adequada frente a temas sensíveis e relevantes para a sociedade, como questões ambientais, sociais e de governança, sem, contudo, esquecer-se de levar em conta o seu ambiente e os seus públicos para poder construir posicionamentos, objetivos e ações que englobem o todo.

Tal leitura não está equivocada, porém é esvaziada de uma contextualização política e histórica das Relações Públicas. Mesmo baseada na ética e respeito pelo público, a função normativa das Relações Públicas não pode ser concebida fora do seu comprometimento com os “princípios corporativos” e com “o capital”, ou seja, não pode ser autossuficiente ou neutra (Peruzzo, 1984).

A gestão da imagem, da reputação e o objetivo em conciliar diferentes intuitos

e intenções não são neutros, tampouco são as ações ou técnicas – todos são perpassados por uma estrutura sócio-política, ideológica e por interesses e objetivos de uma classe dominante que consegue pagar o serviço das Relações Públicas. Logo, a harmonia social desejada segue a ideia do que é favorável à classe dominante.

A leitura funcionalista da sociedade – a de que há desarmonias, disfunções a serem resolvidas, mas não conflitos sociais – contribui para que as Relações Públicas não seja conectada de forma profunda aos antagonismos, negações de direitos e desigualdades sociais. É por essa razão que estudos e estratégias que subvertem essa leitura das Relações Públicas são importantes: para que a área possa reimaginar ações mais direcionadas aos problemas reais da sociedade, sobretudo no contexto contemporâneo.

É em contraposição a esta visão tradicional que este trabalho nasce; da necessidade pessoal de questionar a predominância de abordagens na atuação e na disciplina que, conectadas somente ao interesse hegemônico, não dão a devida importância aos problemas pulsantes na sociedade.

Os objetivos deste trabalho são explorar as bases históricas e teóricas que justificam e reforçam a centralidade das organizações na prática das relações públicas; pensar em abordagens que ofereçam uma alternativa centrada na cidadania e no papel social da função e seu corpo teórico; e refletir a urgência de que essas alternativas sejam incorporadas frente às crises ecológicas e políticas.

Primeiramente, portanto, há neste trabalho um olhar analítico para a origem da profissão nos Estados Unidos da América no começo do século XX, buscando entender a influência de sua origem na constituição profissional e na evolução acadêmica no Brasil. Existe também a intenção de debruçar-se sobre a produção acadêmica predominante no país a fim de entender como sua concepção e evolução teórica contribuíram para a subordinação das Relações Públicas aos interesses corporativos.

Será usado como referencial teórico o trabalho de Cicilia Peruzzo, *Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista* (1986). A obra faz uma crítica pertinente ao trabalho e às práticas de relações públicas, o que pode ser útil para uma leitura analítica baseada no materialismo histórico e para o entendimento da participação da

profissão e seus pressupostos teóricos nos antagonismos sociais. Além disso, o estudo de Else Lemos, *A era pós-disciplinar e o ambiente contemporâneo de relações públicas: cosmovisão ampliada da disciplina* (1971), será tomado para tratar do referencial teórico de relações públicas.

Visa-se, também, entender o histórico de práticas e obras que divergem da ideia de que a profissão deve “desenvolver e manter um clima de boa-vontade do público para com a empresa”. O interesse aqui é compreender as bases disciplinares que foram predominantes no decorrer histórico da área e analisar quais perspectivas têm se desenvolvido para refletir o papel das Relações Públicas na sociedade, e como ele pode ser utilizado para fomentar a cidadania e responder às mazelas sociais.

Além disso, será explorado, à luz da contemporaneidade, as crises que se apresentam a partir das mudanças tecnológicas, climáticas e de participação política. E como, neste contexto de novas arquiteturas políticas e digitais e de crise ecológica, as Relações Públicas precisam se reinventar.

A proposta deste trabalho, portanto, é reimaginar as Relações Públicas para além de sua histórica subordinação aos interesses organizacionais. Em um cenário marcado por crises ecológicas, transformações tecnológicas e instabilidades políticas, torna-se urgente reimaginar a profissão, não como instrumento de harmonização social, mas como catalisadora de transformações necessárias.

Argumenta-se que a área pode e deve transcender sua função de conciliação tradicional para assumir um papel emancipatório, fomentando o debate público, a mobilização social e o engajamento crítico dos diferentes públicos. Esta perspectiva, fundamentada tanto na crítica histórica quanto nas demandas contemporâneas, aponta para possibilidades de atuação que privilegiam a cidadania e a participação social efetiva, respondendo assim aos desafios urgentes de nosso tempo.

2. RELAÇÕES PÚBLICAS EM FUNÇÃO DOS INTERESSES HEGEMÔNICOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS BASES HISTÓRICAS E TEÓRICAS NO BRASIL À LUZ DAS REFLEXÕES DE PERUZZO

Antes de analisar as Relações Públicas com abordagens reflexivas e críticas, é necessário entender como, historicamente, sua atuação profissional e acadêmica se alinham aos interesses corporativos e hegemônicos.

É fundamental entender o contexto em que surgiram suas primeiras bases teóricas e como elas se posicionaram diante dos antagonismos sociais. Ademais, diante da limitação de tempo, será explorada especificamente a origem da atuação e a evolução do corpo teórico brasileiro. A importância de tal exploração é entender quais abordagens têm sido predominantes na disciplina e o quanto foram presentes abordagens que apresentaram novas posições epistemológicas para as Relações Públicas.

2.1. O surgimento das Relações Públicas nos Estados Unidos como instrumento de persuasão, harmonia e manutenção de reputação

O surgimento histórico das Relações Públicas não tem um período exato. Não obstante, Waldemar Kunsch (2006, p. 59-60) discute os escritos de autores como Grunig e Todd Hunt, que comentam os indícios existentes ao longo da história de técnicas remetentes à profissão antes do começo do século XX. É o caso do livro *Retórica*, de Aristóteles, no século IV a.C., que “poderia ser considerado um dos livros mais antigos escritos sobre relações públicas” (Kunsch, 2006, p. 59-60; Grunig e Hunt, 1984, p. 15).

A profissão, porém, de forma organizada e estruturada como é conhecida atualmente, origina-se junto ao desenvolvimento do capitalismo industrial, no começo do século XX, nos Estados Unidos América (EUA). Nesse contexto, destaca-se a consolidação da democracia e das relações de trabalho modernas.

À medida que emerge um padrão de acumulação de capital mais vigoroso, centrado na expansão industrial, observa-se a formação de um novo mundo do trabalho, marcado pela presença de novos atores (em especial, o operariado) e pela adoção de novas regras (em particular, a liberação do mercado de trabalho) (Próni, 2006, p. 2).

O cenário do mundo do trabalho que Marcelo Próni descreve é um em que há jornadas de trabalho exaustivas, acúmulo de capital e falta de direitos trabalhistas,

além de ter a democracia como um novo ideário para as classes mais populares – tais foram os principais elementos para que os operários se sentissem no direito do protesto e da manifestação contra as grandes organizações.

Essas reações ocasionaram mobilizações organizadas, greves e uma conexão entre diferentes públicos; o resultado é o surgimento de um novo sindicalismo e as políticas públicas embrionárias de proteção social (Proni, 2006, p. 2).

É nesse cenário de expansão do capitalismo moderno – no qual os operários exigiam melhores direitos e o momento político norte-americano se consolidava na democracia liberal, com os governos exigindo transparência das organizações e dos grandes capitalistas – que, em 1914, Ivy Lee passa a atuar ao lado de John Rockefeller Jr., um influente capitalista, como forma de melhorar sua imagem e reputação (Vieira, 2002, p. 22).

É apenas aí que:

[...] homens de empresa sentiram então a necessidade de vir a público para explicar suas atividades, através de jornalistas e advogados. Foi quando John D. Rockefeller Junior contratou os serviços de Ivy Lee (Andrade, 1973 *apud* Peruzzo, 1986, p. 21).

O crescimento da onda de protestos fez com que a ideia de Ivy Lee, de que “o público precisa ser informado” (Kunsch, 2006, p. 59-60 *apud* Penteado; s.d, p. 13), se tornasse central no trabalho de relações com os públicos e que as doações, bolsas de estudo e criação de fundações se tornassem instrumentos para harmonizar a relação da família Rockefeller com a população.

O trabalho embrionário de relações públicas exercido pelo que muitos consideram o pioneiro (Kunsch, 2006) na função estava relacionado à distribuição de informação e gestão da imagem que favorecesse as figuras mais expressivas do capitalismo norte-americano. Isso “não significa que o público tenha sido informado sobre as reais condições de exploração do trabalho e que a exploração da mais-valia tenha deixado de existir” (Peruzzo, 1986, p. 22).

A informação e os trabalhos de filantropia que marcaram as primeiras práticas das Relações Públicas se pautavam na preservação de uma boa imagem institucional da família Rockefeller e suas organizações. O objetivo de informar as classes

populares parecia ser um objetivo secundário.

As suas primeiras ações e práticas junto ao agressivo capitalismo industrial mostram que a profissão se origina em um contexto em que antagonismos de classe se evidenciam, e ela se posiciona a favor do capital (Peruzzo, 1986).

Como mencionado, Ivy Lee é tido como “o primeiro a colocar em prática, princípios e técnicas de relações públicas” (Peruzzo, 1986, p. 19; Andrade, 1973, p. 6). Porém, há outro importante personagem para a consolidação das bases de relações públicas. Autores como Grunig e Hunt apontam Bernays como o primeiro acadêmico de relações públicas numa universidade e na produção acadêmica (Kunsch, 2006, p. 63).

Seus estudos se direcionam para o exercício ético dos princípios e técnicas da profissão, além de aplicar o conhecimento de sociologia, psicologia social, antropologia e história (Kunsch, 2006, p. 4) para a criação das bases teóricas das relações públicas.

A construção de tais bases foi influenciada pelo objetivo de Bernays em consolidar as relações públicas como uma atuação que pudesse guiar a opinião pública. O trabalho notável de autor, referência nos estudos das Relações Públicas, *Crystallizing Public Opinion* (1923), discute amplamente esse e outros assuntos.

Sua definição conceitual da área aponta para um profissional que presta um serviço valioso na superação da heterogeneidade para influenciar milhões de pessoas da mesma forma (Bernays, 1923, p. 125-138). Para Bernays, o profissional de relações públicas deveria ser de um estudante de psicologia, mas também “um praticante com uma ampla gama de instrumentos”: as circunstâncias que ele cria, seguidas de publicidade, filmes, cartas, folhetos, desfiles, artigos etc. (Bernays, 1923, p. 52-54).

A produção acadêmica de Bernays impactou profundamente a profissão e a produção acadêmica de relações públicas. Sobre o trabalho e motivações no campo acadêmico de Bernays, Waldemar Kunsch (2006) diz que:

Bernays se preocupou desde cedo em deixar consolidadas as bases teóricas da nova profissão de consultor em relações públicas, em razão da necessidade imperiosa de contar com o reconhecimento público para uma

atividade que se achava em enorme desprestígio (Torreli, 2004, p. 174 *apud* Kunsch, 2006, p. 3).

A persuasão foi um instrumento essencial para o trabalho de Bernays e, posteriormente, para as bases teóricas da profissão. O autor tinha a convicção de que “a manipulação inteligente de hábitos e opiniões organizados das massas é um elemento importante na sociedade democrática” (Bernays, 2004, p. 9-10, tradução nossa).

O trabalho de Grunig e Hunt (*apud* Kunsch, 1984, p. 110) sobre os “modelos de relações públicas” discorre sobre isso ao identificar quatro modelos de relações públicas, atribuindo a Barnays dois últimos, ligados à persuasão: assimétrico de duas mãos e simétrico de mão dupla.

É também o que afirma Waldemar Kunsch (2006) ao apontar a patronagem de Bernays em modelos de atuação em que predominam a persuasão, já com atenção ao feedback dos receptores, mas ainda realmente pouco dedicado aos interesses dos públicos.

A leitura de Peruzzo (1984) sobre a origem da profissão e sua relação com as armas persuasivas parece ser crítica ao reforçar que as Relações Públicas se colocam na condição de manipulação e persuasão das grandes massas e dos públicos a favor da reprodução do modo de produção capitalista, utilizando os meios de comunicação de massa ao seu dispor.

Na luta com armas sutis para preservar as condições de reprodução do modo de produção capitalista, a persuasão tornou-se um ingrediente importante do processo de comunicação, sobretudo na prática de relações públicas... (Peruzzo, 1986, p.28).

Em nível profissional e acadêmico, a área de Relações Públicas parece ter sido desenhada pelos seus pioneiros como uma função de gestão da imagem pública e com bases teóricas instrumentalizadas para a manipulação e manejo das relações com os públicos, como foi o caso de Ivy Lee ao transformar John Rockefeller, um homem muito impopular nos Estados Unidos, “em um amável ancião” (D’Azevedo, 1971, p. 19); e, na academia, quando seu patrono Bernays associou a persuasão como ação central da profissão.

As ideias de Bernays e Ivy Lee são precursoras de uma estrutura teórica e

profissional baseada fundamentalmente na informação e persuasão, em prol do gerenciamento de conflitos e alinhamento entre interesse público e privado. São bases profissionais e teóricas altamente influenciadas pelo seu contexto: o capitalismo moderno e a democracia representativa liberal definiram as estruturas iniciais das relações públicas como profissão e academicamente.

Portanto, poderia inferir-se que a área continuaria a se pautar na persuasão e informação quando estivesse em outros países e contextos. Não obstante, ainda ficaria em aberto o seguinte questionamento: as Relações Públicas continuariam a servir o interesse hegemônico?

2.2. O início da atuação profissional na História Brasileira sob a perspectiva crítica de Peruzzo

A chegada da profissão no Brasil é marcada pela instalação da companhia elétrica Light no Brasil em 1914, trazendo consigo o primeiro departamento de relações públicas do país. A empresa canadense sediada no Brasil foi uma das primeiras a usar a arquitetura de técnicas e ações da função, sendo paulatinamente seguida por outras multinacionais.

Contudo, é importante dizer que a profissão ganhou uma estruturação mais sólida só nos anos 1950, com a criação do primeiro departamento nacional de Relações Públicas pela Companhia Siderúrgica Nacional; do primeiro curso de Relações Públicas no Brasil, patrocinado pela ONU e pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas; e a instituição da Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP), em 1954 (Peruzzo, 1986, p. 27).

A centralidade em legitimar e harmonizar a atuação das organizações públicas e privadas fica muito evidente no caso do departamento de Relações Públicas da Companhia Siderúrgica do Brasil. Assim como nos Estados Unidos, a aceleração e fortalecimento do capitalismo industrial ocasionou um aumento nos estudos e práticas das “relações humanas no trabalho, que estão ligadas ao surgimento da grande indústria com seus recorrentes problemas de administração de pessoal” (Lopes, 1971 *apud* Peruzzo, 1986, pg.25).

As indústrias, na década de 1950, reafirmaram-se na segunda fase do processo

de industrialização como o setor mais dinâmico da economia brasileira (Brum, 1991, p. 81), o que representava uma mudança no mundo do trabalho e da produção de valor no país. Reafirmaram-se sobretudo as de base, pois se apresentavam na vanguarda do movimento de industrialização.

As proporções de suas instalações, o vulto de seus capitais e o rendimento financeiro, assim como o fato de ocuparem uma posição-chave em qualquer quadro econômico, fazem com que sobre as indústrias de base confluam as tensões dos diversos públicos e dos círculos de maior influência administrativa (Lopes, 1971 *apud* Peruzzo, 1986, pg 25.)

O lugar sensível e de risco que essas organizações ocupavam exigia um trabalho de prevenção e de legitimação das suas ações perante o público. A então recente indústria brasileira demandava a administração e a harmonização do ambiente de públicos em prol da organização e do interesse das classes burguesas que a dirigiam e a quem interessava a industrialização.

As relações públicas foram utilizadas como forma de manter um rol de relacionamento sólido e livre de conflitos. A prática do trabalho com informação e persuasão, assim como na sua matriz norte-americana, foi utilizada para legitimar as organizações e os interesses das classes que as tinham.

Contudo, não eram só as organizações privadas que utilizavam as técnicas e ações da profissão para manutenção de um *status quo*. O poder público também lançou mão, no começo do século XX, no Brasil, de ferramentas semelhantes para conter o avanço do movimento operário e trabalhador.

Muito semelhante ao ocorrido nos Estados Unidos, a matriz para a atuação de Relações Públicas no Brasil, com momentos de crise econômica, política ou social, como a Grande Depressão, exigiam práticas e técnicas de Relações Públicas, sobretudo no que toca a homogeneização dos interesses de diferentes massas. No contexto de conflitos e de revolta operária, a presidência de Vargas utilizou dessas técnicas muito próximas às de Relações Públicas para alinhar seus interesses, os da recente elite industrial e das classes populares.

A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda e algumas das ações de Getúlio Vargas para com a classe operária talvez exemplifiquem melhor este uso.

A classe trabalhadora, absorvida provisoriamente por técnicas de controle que

tinham caráter político ou ideológico, e por instituições elaboradas e estruturadas pelos governantes, passa a ter um comportamento político que, orientado e canalizado no sentido de favorecer a consolidação do sistema, perde o caráter combativo dos anos anteriores (Peruzzo, 1986, p. 26).

Getúlio Vargas compreende a possível crise no mercado de trabalho e no processo de industrialização e prepara condições que irão atender diferentes públicos e legitimar seus interesses. A harmonia social foi o grande objetivo do então presidente; Peruzzo comenta isso associado à profissão: “Getúlio foi assim um grande Relações Públicas” (1986, p. 27).

Da mesma forma que Bernays escreve sobre a necessidade de uma persuasão e manipulação inteligente das opiniões das massas para o sucesso da sociedade democrática (2004), ele também:

[...] chega a escrever que nessa época estourou uma autêntica revolução em Relações Públicas, através da ideia central de que o interesse público e o interesse privado deveriam coincidir exatamente (Andrade, 1971 *apud* Peruzzo, 1986, p. 24).

As relações públicas, em sua concepção dentro do território e da sociedade brasileiras, tiveram um papel muito próximo do que foi na matriz profissional nos Estados Unidos. Ainda era nítido que, nos dois países, o objetivo da profissão se mantinha como “a harmonia social, pregando a satisfação de interesses bilaterais” (Peruzzo, 1986, p. 26) e sua convergência.

Para além da atuação, vale entender qual foi a influência da matriz norte-americana na construção das suas primeiras bases teóricas no Brasil.

2.3. A crítica de Peruzzo aos pressupostos teóricos de Relações Públicas: Uma reflexão sobre funcionalismo e fundamentos da disciplina no Brasil

No âmbito acadêmico do Brasil, a disciplina teve início ainda na década de 1950, com a fundação do primeiro curso de Relações Públicas no Brasil, porém, ainda com grande influência externa da matriz norte-americana. As bases teóricas refletiram inicialmente, portanto, sua natureza persuasiva e informativa e sua posição a favor do interesse hegemônico.

Enquanto a prática de relações públicas na sociedade burguesa é explícita quanto à sua função persuasiva a serviço do capital, em nível teórico, a impressão que se pode ter é que há certa hesitação em admiti-lo. Porém, esta é uma discrepância aparente que se desfaz ao analisarmos o conjunto do discurso das relações públicas, pois não chega a esconder o seu comprometimento com o capital (Peruzzo, 1986, p. 52).

Em seu argumento, Peruzzo (1986) relaciona os pressupostos teóricos das Relações Públicas com a teoria funcionalista da sociedade, na qual sistemas políticos são dotados de funções e disfunções, e capazes de se adaptarem, harmonizarem divergências e equalizarem desigualdades.

As Relações Públicas se fundam na teoria funcionalista da sociedade, para a qual existem, apesar das disfunções, desigualdades e desarmonias, não captando os antagonismos (Peruzzo, 1986, p. 55).

A relação entre funcionalismo e Relações Públicas feita pela autora indica que a profissão e seus pressupostos teóricos estariam à disposição do sistema enquanto instrumentos de harmonização, servindo para suprimir o caos e as divergências do interesse privado com o interesse público.

A crítica às bases teóricas em Peruzzo (1986), especificamente da academia brasileira, não é tão nítida. Ela é mais presente na avaliação de José Marques de Melo, que aponta que:

Avaliando historicamente a bibliografia de Relações Públicas em língua portuguesa, percebe-se uma clara hegemonia norte-americana. Além dos livros traduzidos e editados pela FGV, Carlson (1953), Jameson (1954), Childs (1964), encontramos uma forte predominância de autores dos EUA nas publicações lançadas por outras editoras: Canfield (Pioneira, 1961), Baus (Fundo de Cultura, 1961), Center (Bestseller, 1964), Ettinger (USAID, 1964), Simon (Atlas, 1966). Uma das poucas exceções é o texto dos franceses Chaumely e Huisman (Difel, 1964) (Melo, 1982 *apud* Peruzzo, 1984, p. 14).

Além disso, Melo também cita obras brasileiras já consolidadas e as coloca em um panorama mais aprofundado do que o técnico.

Aparecem como variações significativas nesse panorama quatro estudos, que revelam inovação temática e buscam autonomia metodológica, detectando facetas típicas das Relações Públicas a partir de perspectivas brasileiras. São os trabalhos de May Nunes de Souza (1964) "O Sistema de Comunicações na Fábrica", análise sociológica das práticas de relações públicas internas numa fábrica de São Paulo; José Xavier de Oliveira "Usos e Abanos de Relações Públicas" (Rio de Janeiro, FGV, 1971), diagnóstico das especificidades e distorções profissionais das Relações Públicas no Brasil; Martha Alves d'Azevedo "Relações Públicas - Teoria e Processo" (Porto Alegre, Sulina, 1971), sistematização documentada dos processos convencionais de Relações Públicas, ilustrados com experiências tipicamente nacionais; e Cândido Teobaldo de Souza Andrade "Psico-Sociologia das Relações Públicas" (Petrópolis, Vozes, 1974), reflexão ético-

social em torno do dever-ser das Relações Públicas, ou seja, do seu comprometimento com o interesse público (Melo, 1982 *apud* Peruzzo, 1984, p. 14).

Melo, apesar disso, aponta que os trabalhos eram limitados “à compreensão das Relações Públicas dentro das fronteiras de sua aparência” (Melo, 1982 *apud* Peruzzo, 1986, p. 15).

Diante do que é exposto por Peruzzo ao longo da obra, é possível inferir que “as Relações Públicas querem harmonizar as desigualdades e, na teoria, baseiam-se na igualdade, admitindo apenas conflitos, desarmonias ou desajustamentos de interesses” (Peruzzo, 1986).

Contudo, a crítica de Peruzzo e Melo ao campo teórico é limitada ao período em que escreviam, um período em que o corpo teórico ainda se desenvolvia, sobretudo no Brasil, não permitindo que sua perspectiva crítica abrangesse a consolidação acadêmica do século XX no país.

Havia no período um campo acadêmico e científico de Relações Públicas que iria se desenvolver ainda mais. Nas palavras de Margarida Kunsch em *Gestão das Relações Públicas na contemporaneidade e a sua institucionalização profissional e acadêmica no Brasil* sobre o início do campo teórico e a academia de Relações Públicas no Brasil:

A institucionalização do desenvolvimento da pesquisa científica na universidade brasileira se processa de forma efetiva a partir da implantação dos cursos de pós-graduação com a Reforma Universitária de 1968. Até então, poucas universidades do país tinham tradição em pesquisa (Kunsch, 1992, p. 39-49). Graças aos cursos de pós-graduação surgidos a partir de 1970, é que as Ciências da Comunicação atingiram, no Brasil, um estágio elevado, se comparado com o dos demais países da América Latina. Neste contexto, tais cursos tiveram um papel relevante e decisivo para o crescimento da pesquisa em Relações Públicas e Comunicação Organizacional, sobretudo o da ECA-USP, que pode ser considerado como paradigmático nesses segmentos do saber (Kunsch, 2006, p. 39-49).

Existem pesquisas importantes na área que analisam a produção acadêmica e os pressupostos teóricos em Relações Públicas. Contudo, não estão fundamentadas na perspectiva do materialismo histórico-dialético usada por Peruzzo (1986).

Entre elas, vale destaque o estudo bibliométrico de Lopes, Lemos e Delphino (2023) sobre a produção acadêmica de relações públicas no Brasil entre 1960 e 1990 intitulado *Literatura em Relações Públicas: estudo bibliométrico da produção*

acadêmica de relações públicas no Brasil entre 1960 e 1990 (2023).

A pesquisa de caráter teórico-bibliográfico fundamenta-se na obra de Lemos (2017), que ambienta as Relações Públicas em um contexto contemporâneo, formado por conexões que englobam diversos aspectos: histórico, político-econômico, sociocultural, digital e midiático, narrativo e discursivo, e promocional. Esse referencial oferece à pesquisa um olhar aprofundado para a teoria de relações públicas “como disciplina, por meio de uma cosmovisão ampliada” (Lemos, 2017) e em uma contextualização ampla.

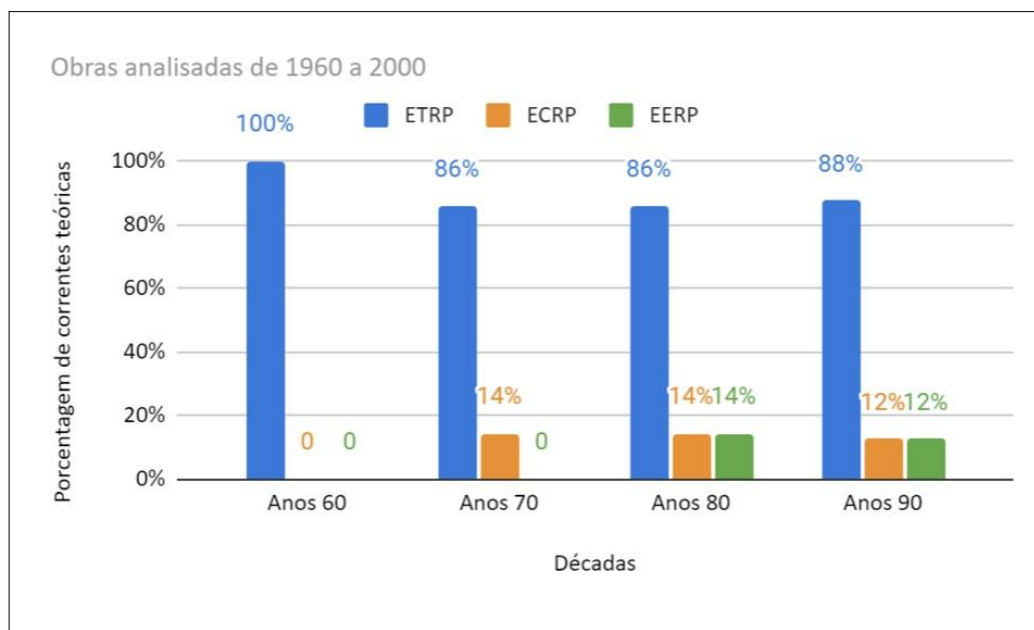
É possível, através dessa pesquisa e da obra de Lemos (2017), entender as principais cosmovisões, abordagens, correntes da literatura e o desenvolvimento da disciplina no Brasil no fim do século XX, permitindo inferir quais pressupostos teóricos eram mais amplamente publicados no Brasil. Se seriam pressupostos mais ligados à “teoria funcionalista da sociedade, para a qual existem apenas disfunções, desigualdades, desarmonias, não captando os antagonismos” (Peruzzo, 1986) ou se a teoria estaria direcionada para um referencial interpretativo mais sociocrítico.

Este trabalho, portanto, serve de referencial interpretativo para segmentar a evolução das diferentes abordagens, no qual:

De acordo com a autora, observa-se no campo acadêmico de relações públicas duas abordagens disciplinares predominantes: a mesossocial/organizacional e a sociocrítica. A abordagem mesossocial/organizacional, abarca a Escola Tradicional de Relações Públicas, voltada à discussão dos papéis, funções e atividades profissionais da área, e a Escola de Comunicação Estratégica, dedicada aos estudos de comunicação estratégica nas organizações e suas interfaces com relações públicas. A abordagem sociocrítica origina a Escola de Estudos Críticos de Relações Públicas, “interessada em compreender de que forma as ações de relações públicas intervêm no mundo social”(Lemos, Lopes, Delphino, 2023, pg.2)

O que a pesquisa de Lemos, Lopes e Delphino (2023) elucida é um predomínio da corrente tradicional de Relações Públicas como é evidente no gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição das correntes teóricas por década



Fonte: Elaborado por Christian Delphino, bolsista Programa Unificado de Bolsas – USP.

A Escola Tradicional de Relações Públicas, abordagem predominante nestas primeiras décadas de criação de estudos, caracteriza-se por ser:

ligada aos estudos sobre técnicas, funções, ferramentas e mensagens de comunicação em contextos aplicados, habilidades táticas, e práticas e papéis profissionais (Lemos, 2017, p. 169).

Else Lemos desenvolve que a corrente tradicional se baseia na abordagem organizacional e na cosmovisão pautada pelo binômio informação-persuasão:

Surgiu com a atividade profissional e pode-se entender esse período como embrionário ou pré disciplinar, tendo sido o caminho inicial para a escola tradicional de relações públicas. Com base nas práticas da profissão, as primeiras publicações da área (muitas ainda em circulação e usadas nos cursos de graduação) assumiram um papel importante na construção das primeiras definições sobre a atividade, sobre o profissional, sobre papéis e funções, e sobre táticas em geral, com particular ênfase no modelo informativo que emergiu com a consolidação dos meios de comunicação de massa (Lemos, 2017, p. 169).

É importante destacar que, de acordo com a autora, a cosmovisão que inspira a Escola Tradicional de Relações Públicas também se baseia nos conhecimentos dos patronos da profissão na América do Norte.

Edward Bernays foi figura chave no estabelecimento dessa cosmovisão, ao afirmar que relações públicas é comunicação de mão dupla e ao adotar a pesquisa psicossocial e de opinião como base para a atuação profissional (Lemos, 2017, p. 170).

Assim como já foi citado, Bernays foi um importante precursor da criação de bases teóricas para as relações públicas alimentadas pela psicologia social, ciências sociais, história e outras ciências humanas. Ele também foi precursor de uma abordagem informacional e persuasiva que via o trabalho das Relações Públicas como um influenciador da opinião pública.

Este olhar para as Relações Públicas exemplifica as raízes teóricas e práticas da profissão, o emprego e refinamento das técnicas e estudos da função para um fim persuasivo. Peruzzo aponta isso em seu trabalho e traz Bernays como figura importante para este panorama:

Para Edward L. Bernays são campos da atividade de Relações Públicas: “a informação (podendo ser chamada, no seu sentido puro com a pluralidade de pessoas que a recebem, divulgação ou, menos precisamente, publicidade, termo também usado para designar propaganda), a persuasão (existente nos aspectos educativos de RP, que são diferentes dos que caracterizam a propaganda)... (Peruzzo, 1986, p. 45).

Na produção científica brasileira predominavam, portanto, os estudos sobre ações persuasivas e informativas, e as instruções para sua reprodução. Kunsch (2006) reafirma isso sobre o período:

[...] que também entre nós os trabalhos eram marcados, sobretudo, por uma perspectiva funcionalista, centrando-se no “como-fazer” e valorizando mais as ferramentas, sendo raros os trabalhos mais críticos e claramente preocupados com a construção de teorias (Kunsch, 2006, p. 4).

O domínio da Escola Tradicional de Relações Públicas nas primeiras décadas de produção acadêmica no Brasil convergia com os exemplos e críticas de Peruzzo aos pressupostos teóricos “[...] as Relações Públicas atuariam para substantivar a compreensão, a cooperação e a harmonia social entre os homens interdependentes e complementares” (1986).

Diante da influência norte-americana e da dominância de uma corrente tradicional, há a possibilidade de que, nos primeiros anos de desenvolvimento acadêmico no país, tenha havido uma transmissão e solidificação de bases teóricas alinhadas à primeira cosmovisão destacada por Lemos, aquela pautada pelo binômio informação-persuasão presente no trabalho de Bernays e nas ações de Ivy Lee.

Isso pode ter assegurado que muitos trabalhos teóricos tenham se dedicado, mesmo que de forma inconsciente, à “reprodução das relações sociais de produção

existentes, interferindo para que os interesses públicos sejam satisfeitos, desviando a atenção da luta de classes” (Peruzzo, 1986, p. 18).

2.4. Além da escola tradicional: avaliando a validade da crítica de Peruzzo nas diferentes abordagens de Relações Públicas

É possível encontrar, nas décadas de 1980 e 1990, obras de Relações Públicas de autores que abandonaram a visão funcionalista, voltando-se à valorização da atuação a partir de uma abordagem estratégica ou à reflexão da função social das Relações Públicas.

- década de 1970: conceituação, fundamentos, metodologia e função;
- década de 1980: aspectos políticos e filosóficos; planejamento, profissão; papel profissional em organizações, na área governamental, na formação da opinião pública, no âmbito da administração, em relação ao consumidor, no contexto rural e na defesa civil;
- década de 1990: teoria e prática; produção de conhecimento; comunicação dirigida; ensino; função política; atuação em organizações sem fins lucrativos; atuação em organizações empresariais; interface com a área de recursos humanos, de saúde, turismo e em relação ao meio ambiente (Kunsch, 1997 *apud* Lopes, 2023, p. 3).

Apesar disso, ao considerar o estudo bibliométrico da produção acadêmica de relações públicas no Brasil entre 1960 e 1990 feito por Lopes, Lemos e Delphino (2023), é possível entender, através do gráfico 1, que a produção constante da escola tradicional – com publicações acima de 80% de todos os livros sobre a temática – sinaliza que a corrente teve uma influência grande na formação teórica no Brasil.

José Marques de Melo, em seu excerto introdutório da obra de Cicilia Peruzzo, fala sobre parte dessas obras e comenta que elas:

Aparecem como variações significativas nesse panorama quatro estudos, que revelam inovação temática e buscam autonomia metodológica, detectando facetas típicas das Relações Públicas a partir de perspectivas brasileiras. São os trabalhos de May Nunes de Souza (1964) *O Sistema de Comunicações na Fábrica*, análise sociológica das práticas de relações públicas internas numa fábrica de São Paulo; José Xavier de Oliveira *Usos e Abanos de Relações Públicas* (Rio de Janeiro, FGV, 1971), diagnóstico das especificidades e distorções profissionais das Relações Públicas no Brasil; Martha Alves d'Azevedo - *Relações Públicas-Teoria e Processo* (Porto Alegre, Sulina, 1971), sistematização documentada dos processos convencionais de Relações Públicas, ilustrados com experiências tipicamente nacionais; e Cândido Teobaldo de Souza Andrade *Psico-Sociologia das Relações Públicas* (Petrópolis, Vozes, 1974), reflexão ético-social em tomo do dever-ser das Relações Públicas, ou seja, do seu comprometimento com o interesse público (Peruzzo, 1986, p. 14).

Além dos citados, autores como Margarida Kunsch, Gaudêncio Torquato,

Cicilia K. Peruzzo, Roberto Porto Simões, Rudimar Baldissera e Fábio França e outros foram importantes para a construção teórica das Relações Públicas e de um pensamento reflexivo e propositivo de relações públicas.

As contribuições brasileiras mais representativas no campo das Relações Públicas e que foram publicadas e têm influenciado na formação de pesquisadores e de profissionais aparecem: os estudos desenvolvidos pelo pioneiro Cândido Teobaldo de Souza Andrade, sobretudo com a proposta básica de sua obra sobre os fundamentos psicossociológicos das Relações Públicas (1989) e o interesse público; foco na dimensão social da profissão; a proposta teórica de Roberto Porto Simões de ver as Relações Públicas como função política e micropolítica (1995 e 2001); o trabalho desenvolvido por Cicilia Krohling Peruzzo sobre Relações Públicas no modo de produção capitalista, com foco numa perspectiva da teoria crítica (1986); modestamente incluímos nosso trabalho com ênfase na visão estratégica das Relações Públicas e na perspectiva da comunicação integrada e em interação com as áreas afins da Comunicação Social (1986, 1997 e 2003); e a proposta recente de Fábio França, de Relações Públicas na administração de relacionamentos, destacando o estudo dos públicos (2004) (Kunsch, 2006, p. 55)

A produção desses autores é de suma importância para a construção de um campo teórico com robustez e abrangência. Parte deles, nas palavras de Margarida Kunsch ao analisar o campo nos primeiros anos do século XXI, será incorporada em obras de estudos bibliográficos do novo milênio (2006, p. 55); pode-se dizer, também, que serão um possível suporte para a produção de maior volume, abrangência, qualidade e criticidade.

É nítido que obras como as de Peruzzo (1986), Simões (1995) e outras que abordam temas como interesse público, o papel estratégico de relações públicas, reflexões críticas sobre o papel político da profissão, encaixam-se em escolas de pensamento que diferem da tradicional por fugirem de temas como técnicas, funções, ferramentas e mensagens de comunicação em contextos aplicados, habilidades táticas e práticas e papéis profissionais (Lemos, 2017).

São obras que se encaixam em escolas de pensamento diferentes. Orientam-se por campos de conhecimentos da Administração, Economia e Estudos Organizacionais ou debruçam-se sobre as consequências da profissão em aspectos micro e macrosociais.

No gráfico 1, no entanto, identifica-se que a queda proporcional de obras da escola tradicional nas décadas finais do século XX não sinaliza uma diminuição da abordagem que centraliza a organização no trabalho de Relações Públicas.

Nas palavras de Lemos a abordagem mesossocial de relações públicas, a qual inclui as Escolas Tradicional e Estratégica do estudo de Relações Públicas, o contexto organizacional é o mais importante para o estudo de relações públicas e para o qual as relações públicas devem ser gerenciadas com vistas ao alcance dos interesses organizacionais (Lemos, 2017, pg. 129).

Nos anos 1960, houve 100% de presença da escola tradicional nas publicações. Já entre as décadas de 1970 e 1990, houve 90% de aparição da abordagem mesossocial, escola tradicional e escola estratégica, e somente 10% da escola crítica de Relações Públicas. Portanto, apesar da queda proporcional da escola tradicional de Relações Públicas, a produção teórica ainda era centrada no contexto organizacional.

Isso sinaliza que, possivelmente, a maioria dos livros publicados no período e que influenciaram a formação de diferentes profissionais e acadêmicos eram, em sua expressiva maioria, centrados na perspectiva da organização. Fosse em papéis e funções operacionais, como era o caso das obras abrangidas pela escola tradicional, fosse em estratégias e atuações gerenciais, como era o caso dos livros da escola estratégica, os pressupostos teóricos ainda tinham como referencial a perspectiva funcionalista.

A atribuição feita por Peruzzo à prática e teoria de relações públicas que lhe era contemporânea, portanto, não pode ser totalmente descartada quando aplicada ao corpo teórico do século XX. A predominância de uma abordagem organizacional indica que os livros da época ainda se baseavam na “teoria funcionalista da sociedade”, na qual eram captadas as disfunções e desarmonias nos relacionamentos com os públicos, mas “não captando os antagonismos” (Peruzzo, 1986, p. 5).

Logo, a abordagem mesossocial que se desenvolveu no Brasil na segunda metade do século XX se associa a uma perspectiva menos interpretativa, mais direcionada ao quantitativo e ao funcional. Portanto, pode-se apontar a pouca criticidade do corpo teórico da época ao papel e função das Relações Públicas em prol das organizações.

Pode-se dizer que os conceitos mais operacionais e funcionais foram progressivamente despriorizados ao passo que uma perspectiva estratégica e

centrada no gerenciamento de relacionamentos ganhou mais espaço. Porém, mesmo em uma perspectiva mais centrada nos relacionamentos, a produção teórica do século XX, assim como na sua origem na matriz norte-americana e no Brasil, ainda era centralizada em como atender os interesses organizacionais.

2.5. Evolução do cenário teórico de Relações Públicas no século XXI

A virada do século XX para o XXI trouxe consigo mudanças significativas na tecnologia, na sociedade e na comunicação. É possível deduzir que o corpo teórico de Relações Públicas também tenha sido alterado de alguma forma nos seus temas e abordagens principais.

Tematicamente, não é possível uma visão sistematizada através das Escolas de Relações Públicas e das cosmovisões do campo acadêmico. O trabalho de estudo bibliométrico desenvolvido por Lemos, Lopes e Delphino (2023), que trazia esta teoria para balizar o método no qual seriam desenvolvidas as análises, ainda não foi estendido para o século XXI, sendo a etapa mais recente deste trabalho a análise das décadas de 1960 e 1990.

Os trabalhos científicos que mais se aproximam de uma pesquisa bibliométrica das primeiras décadas do século XXI são as obras de Margarida Kunsch, *Comunicação Organizacional e Relações Públicas no Brasil: caracterização, pesquisa científica e tendências* (2015) e *A produção científica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas no Brasil: um estudo analítico-reflexivo sobre teses de doutorado* (2022). A pesquisadora, que já tem um histórico regular de acompanhar a produção científica em relações públicas, analisa nestes estudos as dissertações e as teses relacionadas a Relações Públicas e Comunicação Organizacional.

As obras seguem um procedimento diferente adotado na pesquisa de Lemos, Lopes e Delphino (2023), pautando-se em buscas em sites dos programas de pós-graduação em Comunicação de todas as universidades brasileiras e no portal de teses da CAPES para localizar e identificar primeiro as dissertações e teses relacionadas a Relações Públicas e Comunicação Organizacional.

Com uma abrangência de pesquisa que se estende de 2000 até 2014, o primeiro trabalho identifica 336 dissertações de mestrado e 116 teses de doutorado que envolvem como eixo temático comunicação organizacional e relações públicas, distribuídas ao longo dos anos, conforme identificam as tabelas 1 e 2.

Tabela 1 – Dissertações em Comunicação Organizacional e em Relações Públicas de 2000 a 2014 por temática

Dissertações em Comunicação Organizacional e em Relações Públicas de 2000 a 2014 por temática

Temática	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Comunicação Organizacional	16	15	14	14	10	16	9	18	23	14	17	25	28	32	38	289
Relações Públicas	4	4	5	7	0	5	3	2	4	0	1	0	2	2	8	47
Total	20	19	19	21	10	21	12	20	27	14	18	25	30	34	46	336

Fonte: Kunsch, 2015, p. 118.

Tabela 2 – Teses em Comunicação Organizacional e em Relações Públicas de 2000 a 2014 por temática

Temática	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Comunicação Organizacional	5	4	4	4	6	8	12	8	7	6	8	9	5	2	8	96
Relações Públicas	1	2	1	2	2	3	2	1	3	2	1	0	0	1	1	22
Total	6	6	5	6	8	11	14	9	10	8	9	9	5	3	9	118

Fonte: Kunsch, 2015, p. 120.

Segundo a autora, nas duas últimas décadas, os campos acadêmicos de Relações Públicas e de Comunicação Organizacional cresceram em qualidade e volume no Brasil devido às iniciativas e ações concretas de pesquisadores, professores e entidades científicas (Kunsch, 2015).

Nas temáticas abordadas pelas teses, é possível um melhor entendimento sobre o direcionamento conjunto dos dois campos e em relação às tendências de abordagem em relações públicas.

Tabela 3 – Dissertações em Comunicação Organizacional e em Relações Públicas de 2000 a 2014 por temáticas mais recorrentes

Temáticas mais recorrentes	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Tecnologia, redes e mídias sócias	3	0	0	2	2	3	1	1	4	1	1	8	9	3	6	44
Comunicação, mercado e marca	5	6	6	5	2	4	3	7	9	3	4	5	6	6	4	75
Comunicação e sustentabilidade	0	1	3	3	1	1	2	0	3	1	2	1	3	6	3	30
Comunicação com foco social e comunitário, políticas públicas	6	4	5	3	0	5	3	8	4	4	4	1	3	2	6	58
Comunicação interna, diálogo e interações	3	5	4	5	4	4	2	2	2	2	4	3	2	9	6	57
Narrativas e memória	0	0	1	1	0	1	0	1	3	0	2	5	3	3	5	25
Consumo e comunicação	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	4
Ações culturais	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	3
Estratégias de Comunicação	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	2	8	15
Gestão da Comunicação	2	3	0	2	1	2	0	0	1	2	0	0	2	2	8	25
Total	20	19	19	21	10	21	12	20	27	14	18	25	30	34	46	336

Fonte: Kunsch, 2015, p. 181.

As dissertações de mestrado dos programas de pós-graduação em Comunicação de todas as universidades brasileiras, organizadas por temáticas, estão representadas na tabela 3. É possível perceber que predominam temas como comunicação, mercado e marca (75); comunicação com foco social e comunitário, políticas públicas (58); comunicação interna, diálogo e interações (57); e tecnologia, redes e mídias sociais (44). Além de comunicação e sustentabilidade (30); narrativas e memória (25); gestão da comunicação (25); estratégias de comunicação (15).

Tabela 4 – Teses em Comunicação Organizacional e em Relações Públicas de 2000 a 2014 por temáticas mais recorrentes

Temáticas mais recorrentes	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Comunicação em universidades	2	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	1	0	0	1	7
Comunicação e Sustentabilidade	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	1	1	0	0	6
Comunicação com foco social e comunitário, políticas públicas	0	2	0	0	1	2	0	1	0	0	1	1	1	1	1	11
Comunicação, mercado e marca	2	0	1	1	0	2	5	2	1	1	2	1	0	1	0	19
Identidade organizacional	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	1	5
Estratégias de comunicação	0	0	1	2	1	1	1	3	1	2	1	1	1	1	2	18
Epistemologia da comunicação organizacional	1	0	1	1	1	1	2	0	1	0	1	1	0	0	0	10
Princípios organizacionais e relações públicas	1	0	1	1	2	3	2	1	2	1	0	0	0	0	1	15
Comunicação e governança corporativa	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Tecnologia, redes e mídias sociais	0	2	0	0	3	1	1	1	3	0	0	1	0	0	2	14
Consumo e Comunicação	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Comunicação interna, diálogos e interações	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	1	1	2	0	0	8
Gestão da Comunicação	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
Total	6	6	5	6	8	11	14	9	10	8	9	9	5	3	9	118

Fonte: Kunsch, 2015, p. 121.

Já a tabela 4 ilustra o quantitativo das teses de doutorado dos programas de pós-graduação em Comunicação de todas as universidades brasileiras e no portal de teses da CAPES por temática, destacando-se comunicação, mercado e marca (19); estratégias de comunicação (18); princípios organizacionais e relações públicas (15); e tecnologia, redes e mídias sociais (14); e comunicação com foco social e comunitário, políticas públicas (11).

Kunsch (2015), ao inserir as temáticas mais recorrentes de mestrado e doutorado, demonstra quais temas são mais regulares na pós-graduação. Repetem-se nas tabelas 3 e 4 – de mestrado e doutorado, respectivamente – temáticas como comunicação, mercado e marca; comunicação e sustentabilidade; comunicação com foco social e comunitário, políticas públicas; comunicação interna, diálogo e interações; consumo e comunicação; estratégias de comunicação; e gestão da comunicação.

Nas palavras de Kunsch (2015):

[...] pode-se dizer que está havendo um bom salto de qualidade e uma maior preocupação com os estudos mais críticos e aplicados, fundamentados teoricamente e pesquisas empíricas. Os dados obtidos indicam uma tendência de valorização de fenômenos de práticas comunicativas (Kunsch, 2015, p. 17).

Apesar da fala de Kunsch (2015), é possível notar a predominância de temas que interessam às organizações como um todo. Cinco dos seis temas mais abordados pelas dissertações e teses: “comunicação, mercado e marca”, “consumo e comunicação”, “estratégias de comunicação”, “gestão da comunicação” e “comunicação interna, diálogo e interações” sinalizam a preocupação dos mestrandos e doutorandos com as estratégias comunicacionais que podem potencializar os relacionamentos para as corporações.

Isso sinaliza que, até 2015, ainda era central uma perspectiva que vê “nas organizações o centro irradiador das enunciações e polo de gerenciamento do relacionamento com *stakeholders*” (Lemos, 2017, p. 170).

Já na pesquisa de 2022, Kunsch também analisa os trabalhos de pós-graduação, porém, seu foco se direciona apenas para as teses de doutorado. Foram 48 obras encontradas no período, com diferentes temáticas abordadas, que ficam nítidas na tabela 5.

Tabela 5 – Teses em Comunicação Organizacional e em Relações Públicas de 2015 a 2020, por temáticas mais abordadas

Temáticas que mais ocorreram	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Tecnologias, redes e mídias sociais	1	4	1	2	0	0	8
Comunicação, mercado, marca e consumo	4	3	0	0	0	0	7
Comunicação e sustentabilidade	1	3	2	1	0	0	7
Comunicação com foco social e comunitário, políticas públicas	0	2	2	1	0	0	5
Comunicação, cultura, processos organizacionais e diálogos	0	3	1	0	3	1	8
Narrativas e memória	1	1	1	1	2	0	6

Estratégias e gestão de comunicação	0	0	0	4	1	1	7
Total	7	16	7	9	6	2	48

Fonte: **A produção científica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas no Brasil:** um estudo analítico-reflexivo sobre teses de doutorado (Kunsch, 2022, p. 11).

Observa-se neste levantamento de Kunsch (2022) uma predominância quantitativa de pesquisas voltadas para temas relacionados a tecnologias, comunicação digital e comunicação no contexto organizacional, focando em processos dialógicos e de interação com os diversos públicos.

O levantamento traz como temas: tecnologias, redes e mídias sociais; comunicação, mercado, marca e consumo; comunicação e sustentabilidade; comunicação com foco social e comunitário; políticas públicas; comunicação, cultura, processos organizacionais e diálogos; narrativas e memória; e estratégias e gestão de comunicação.

Kunsch avalia os resultados dessa pesquisa contemporânea da seguinte forma:

A comunicação nas organizações tem sido analisada em uma perspectiva muito mais ampla e complexa do que no passado, onde o lado instrumental era muito mais forte. Também as teses específicas de Relações Públicas expressam uma perspectiva mais crítica e teórica, superando a visão funcionalista presente, sobretudo, nos manuais e trabalhos mais antigos da produção científica disponível (Kunsch, 2022, p. 11).

Assim como no levantamento de 2015, Kunsch (2022) destaca a aparição de uma abordagem mais crítica do que a dos anos anteriores, superando uma visão funcionalista. Porém, quatro dos sete temas abordados ainda ressoam uma abordagem mesossocial, quais sejam: tecnologias, redes e mídias sociais; comunicação, mercado, marca e consumo; comunicação, cultura, processos organizacionais e diálogos; narrativas e memória; e estratégias e gestão de comunicação.

Destaca-se que, em ambos os estudos de Kunsch, há o avanço de uma “perspectiva mais crítica”. Se a palavra “crítica” usada por Kunsch for relacionada à corrente de pensamento da literatura, a Escola Crítica de Relações Públicas (Lemos, 2017), pode-se entender uma evolução temática da disciplina em direção a uma abordagem crítica.

Os levantamentos (2015 e 2022) trazem a precisão da aferição de Kunsch

(2022) ao redigir:

A comunicação nas organizações tem sido analisada em uma perspectiva muito mais ampla e complexa do que no passado, onde o lado instrumental era muito mais forte (Kunsch, 2022, p. 11).

Ainda, tais levantamentos deixam visível a evolução da abordagem de temas como “comunicação e sustentabilidade”, “comunicação, foco social e políticas públicas” nas duas pesquisas.

“Desafiar” (Kunsch, 2022) a visão de que Relações Públicas é um campo do conhecimento voltado para a eficácia organizacional é um sinal de que a disciplina e seus pressupostos teóricos se afastam da centralidade do interesse organizacional e do seu referencial teórico estadunidense. No entanto, é nítido também que o direcionamento para um campo mais crítico não tem sido imediato e temas que se centram na organização ainda estão presentes.

3. TEORIA E PRÁTICA DE RELAÇÕES PÚBLICAS PARA ALÉM DO FUNCIONALISMO – ESCOLA CRÍTICA BRASILEIRA DE RELAÇÕES PÚBLICAS E A COMUNICAÇÃO POPULAR

Evidencia-se pelo que foi escrito no último capítulo que a prática e quantidade considerável da produção acadêmica de Relações Públicas têm se pautado no apoio aos interesses privados de organizações que têm acesso ao seu serviço e conseguem pagar a especialidade de um profissional.

A evolução da disciplina indica a produção de estudos mais críticos, como aponta Kunsch (2015, 2022), porém, presente predominantemente na história (Lemos; Lopes; Delphino, 2023) e em parte dos estudos contemporâneos, estão abordagens que não discorrem de forma profunda sobre o papel das relações públicas para além das organizações e seus objetivos. Isso significa que ainda há necessidade de olhares que possam subverter e explorar a ideia de que as Relações Públicas servem a um contexto macro e microssocial maior.

Para entender melhor essas possibilidades é necessário entender a perspectiva crítica das Relações Públicas, que, em um olhar exploratório e interpretativo, sugere reflexões e críticas à abordagem mesossocial (Escola Tradicional e Escola Estratégica de Relações Públicas) e à popular. Ademais, é necessário entender como, além de elucidar sua participação nos antagonismos sociais, as Relações Públicas mudam sua essência e atuação ao aportar conhecimentos da Comunicação Popular.

3.1. A disciplina e as primeiras cosmovisões dominantes em Relações Públicas

As Relações Públicas, enquanto disciplina, são o eixo principal do estudo de Lemos (2017). A autora não só se debruça sobre o mapeamento das “escolas” e “abordagens” de Relações Públicas, mas também trata da disciplina e suas cosmovisões.

O trabalho de Lemos (2017) é importante para uma análise mais aprofundada sobre a disciplina de Relações Públicas em suas diferentes abordagens e perspectivas. A autora não se limita ao contexto brasileiro e expande a discussão da disciplina para a produção global, o que possibilita um entendimento mais holístico de diferentes correntes de pensamento.

Em uma busca por melhor compreensão dos limites e potencialidades da área de Relações Públicas enquanto disciplina, a autora direciona-se para o estudo das cosmovisões inseridas no campo. Seu objetivo com isso foi entender o que está subjacente a uma disciplina e suas correntes teóricas e quais macrovisões moldam o campo teórico, permitindo o entendimento integral da origem e desenvolvimento disciplinar das Relações Públicas.

A identificação das cosmovisões disciplinares em relações públicas é parte de nosso esforço interpretativo para compreender o que pode estar oculto pela tradição de estudos na área, buscando revelar possibilidades não percebidas até aqui. Trata-se de uma proposta ousada, por um lado, e instigante, por outro, explorando a intuição como caminho para uma representação mais abrangente da disciplina. Para identificar as principais cosmovisões disciplinares em relações públicas, o trabalho de revisão da literatura disponível indicou o percurso de desenvolvimento e adoção dessas macrovisões e metanarrativas (Lemos, 2017, p. 89).

Lemos (2017) desenvolve as cosmovisões em Relações Públicas a partir dos binômios e ciclos.

À medida que tais cosmovisões surgem, passam a se sobrepor, ou seja, não há desaparecimento da cosmovisão anterior; antes, há crescimento e diversificação (Lemos, 2017, p. 89).

O primeiro ciclo é o “informação-persuasão”. Este simboliza um estágio inicial da disciplina, que, sem um campo acadêmico definido, era delimitada pelo insumo vindo de disciplinas como Sociologia, Psicologia, Antropologia, entre outras. Ademais, predominava uma convergência grande com o exercício profissional.

No primeiro binômio, indivíduos como Ivy Lee e Edward Bernays representaram um momento em que eram centrais as ideias de reprodução da profissão e de suas técnicas:

Embora Ivy Lee não tenha contribuído com a produção de livros ou obras sobre relações públicas, sua visão influenciou sobremaneira a cosmovisão informação-persuasão, particularmente no tocante ao aspecto informativo. Ao iniciar seu trabalho como assessor de imprensa, Lee emitiu uma “Declaração de princípios” dirigida a editores de jornal na qual explicitava que sua agência não era secreta e tinha por objetivo oferecer notícias (Lemos, 2017, p. 90).

Além disso, buscava-se a produção de conhecimento acadêmico baseado nas áreas de saber da Sociologia, Psicologia Social, Antropologia e História (Kunsch, 2006, p. 4) a fim de criar as bases teóricas das Relações Públicas.

Como o binômio usado por Lemos indica, neste ciclo predominavam as

diretrizes informativas e persuasivas:

Pode-se dizer que a interpretação sobre o significado de persuasão em relações públicas varia segundo a cosmovisão adotada, sendo possível afirmar que, em sua fase embrionária ou pré-disciplinar, relações públicas e persuasão são termos frequentemente associados entre si, assim como também o termo manipulação (Lemos, 2017, p. 93).

A fase embrionária da disciplina se relacionava diretamente com seu desenvolvimento e exercício profissional persuasivo, envolvendo o uso da informação, como Ivy Lee fazia. Observa-se que a persuasão vinha com uma intencionalidade científica:

Destacamos, então, a primeira discussão significativa que houve na constituição disciplinar de relações públicas em uma obra dedicada a discutir a teoria de relações públicas: a menção a uma cosmovisão dominante que associava relações públicas e persuasão científica (Lemos, 2017, p. 91).

Evidencia-se que, como mencionado anteriormente, existia o objetivo de que a atuação pudesse refletir a persuasão da opinião pública na democracia moderna. O primeiro binômio representa de forma transparente a unilateralidade da ação das Relações Públicas, que buscavam informar e persuadir em favor de organizações.

A segunda fase disciplinar se caracteriza pelo exercício das Relações Públicas em interesses organizacionais alinhadas a uma visão simétrica, articulando-se ao fim dos anos 1970 e consolidando-se entre os anos 1980 e 2000 (Lemos, 2017, p. 97). A centralidade da organização no ordenamento disciplinar ainda existia, porém o proposto era um “modelo simétrico de relações públicas” contrário à persuasão e à comunicação unilateral que marcaram a última cosmovisão.

A teoria geral de Relações Públicas determina que a profissão tem a importante função de gerenciar as informações e relacionamentos da organização com os públicos de interesse (Grunig, 2009 *apud* Lemos, 2017, p. 97). Ademais, a teoria da excelência de Grunig aponta para a simetria nos relacionamentos entre organização e seus públicos como importante aspecto para a atuação de excelência.

Relações Públicas excelentes são baseadas em pesquisas [duas mãos], são simétricas [embora organizações constantemente lutem entre simetria e assimetria ao tomar decisões], e são baseadas tanto em comunicação mediada como interpessoal [dependendo da situação e do público] (Grunig, 2009, p. 58).

Para Lemos (2017), a adoção da simetria proposta por Grunig e White foi bem

repercutida e recebida pela comunidade acadêmica. A cosmovisão em questão passa a ser parte fundamental da disciplina de Relações Públicas.

Entendemos que a cosmovisão simetria-relacionamento impulsionou a constituição disciplinar de relações públicas, quer pela fundamentação na teoria dos sistemas, ou pela preocupação em tratar relações públicas como responsável pela gestão/pelo gerenciamento da comunicação/relacionamento entre organizações e públicos, ou ainda pela abrangência geográfica e adoção do “modelo simétrico” como ideal por parte da comunidade acadêmica e profissional de relações públicas, ou, por fim, pelo debate que suscitou e continua a estimular (Lemos, 2017, p. 101).

Porém, de acordo com a própria autora, a construção de um “paradigma dominante”, “teoria da/de excelência” ou “teoria geral de relações públicas” deu espaço ao questionamento da dominância dessa cosmovisão, estabelecendo os primeiros fundamentos para a Escola Crítica De Relações Públicas (Lemos, 2017).

Para parte dos autores críticos, o principal ponto de discordância está no contexto e na definição de “excelente”. Lemos (2017) destaca o trabalho da pesquisadora Key Weaver como um olhar crítico à “teoria geral de relações públicas”, que representa o questionamento às bases teóricas desta cosmovisão.

No entanto, ao descrever o passo a passo do estudo, Weaver realça a teoria dos sistemas e o foco cultural ocidental como vieses intrínsecos ao estudo, e indica a fragilidade do modelo simétrico de mão dupla: “Esses ideais também estão presos ao contexto do sistema político e econômico sob o qual assumiu-se que poderiam ser alcançados – pluralismo capitalista *laissez-faire*”. A principal crítica está no cenário idealizado: “Os imperativos da cultura capitalista modernista norte-americana do século XX tiveram um papel essencial em determinar como a prática ‘excelente’ foi definida, embora isso nunca tendo sido explicitamente expresso no projeto de excelência em si” (Weaver, 2011 *apud* Lemos, 2017, p. 103).

Para Lemos (2017), o que geralmente se destaca nas críticas a essa cosmovisão é a denúncia de um pensamento ingênuo, no qual se acredita na igualdade de poderes comunicativos entre organizações e seus públicos. Os diferentes públicos não dispõem de conhecimentos, recursos ou informações para empregar a especialidade de Relações Públicas nem para argumentar integral e igualmente com as corporações.

E assim as críticas apontam para a influência do poder das organizações em detrimento de quem as cercam e à “finalidade de fazer com que o interesse privado adquira uma roupagem de interesse público” (Peruzzo, 1986, p. 35). Lemos corrobora a posição de Peruzzo ao afirmar que:

[...] sobretudo, teve início um debate sobre a questão da simetria como argumento a ser problematizado. A essência dessa discussão está nas interpretações ligadas ao poder e como ele se evidencia (ou se oculta) nas organizações, nos relacionamentos, nas narrativas e nos efeitos das atividades de relações públicas na sociedade (Lemos, 2017, p. 103).

Revela-se, portanto, que as primeiras cosmovisões – fundamentos teóricos tanto para a produção acadêmica da Escola Tradicional de Relações Públicas quanto para a produção estratégica – conectam-se como uma forma de manutenção das estruturas de poder que centralizam os interesses privados das organizações.

Isso é mais evidente no primeiro binômio, “informação-persuasão”, tanto por sua conexão histórica com a origem de Relações Públicas no bojo do capitalismo industrial moderno, quanto também por sua associação com a persuasão científica.

E, apesar de o segundo binômio se basear na ideia de simetria, o ciclo “relacionamento-simetria” ainda reflete uma desigualdade nas relações de poder entre organização e seus públicos e uma perspectiva limitada das Relações Públicas e suas consequências no trato social ao não enxergar os antagonismos sociais. A ideia de “diálogo” e “simetria” parecem partir de uma visão da organização e de seus objetivos.

3.2. A cosmovisão emergente “sentido-identidade”: virada sociocultural

Segundo o estudo de Lemos, uma nova bateria de pesquisas surgia no fim do século XX, centradas em críticas sobretudo ao trabalho de excelência de Relações Públicas.

Sobre o “Estudo de Excelência”, Anne Gregory (2013) reitera que permaneceu como matriz disciplinar hegemônica que surgiu em um contexto específico e passou a ser tomado como modelo universal, o que a escola crítica vê como problemático, pois cada contexto tem suas particularidades (Lemos, 2017, p. 103).

Esses trabalhos acadêmicos críticos são relacionados por Lemos (2017) a uma cosmovisão emergente nos anos 1980 que se consolida apenas nos anos 2010. Ganhava destaque estudos retóricos e interpretativos que:

[...] se apresentavam como caminho para o questionamento sobre o uso da linguagem como instrumento de poder e novos estudos passam a fomentar o crescimento de escolas de pensamento ligadas às abordagens interpretativa e crítica (Lemos, 2017, p. 132).

O binômio que representa essa perspectiva era “sentido-identidade”. O que se consolidava enquanto cosmovisão era uma série de pesquisas e estudos sobre

construção, desconstrução, reconstrução de sentidos e identidades na sociedade, levando em consideração o papel das relações micro e macrosocial.

Essa visão representa uma ruptura radical em relação às visões normativas de relações públicas. Ela rejeita o entendimento funcional de relações públicas como canal desinteressado por meio do qual os interesses organizacionais são alcançados. Similarmente, uma ênfase puramente baseada em entendimentos subjetivos de relações públicas, embora valiosa, é insuficiente sob a perspectiva radical. Em vez disso, o foco de análise está na forma como as manifestações discursivas de relações públicas refletem as transações já mencionadas entre diferentes atores sociais (incluindo a profissão e seus profissionais), e como novos significados e identidades para esses atores emergem no processo (Edwards e Hodges, 2011 *apud* Lemos, 2017, p. 107).

A abordagem sociocrítica destacada por Lemos (2017) evidencia estudos importantes para a constituição disciplinar de Relações Públicas ao questionar as abordagens normativas e apresentar um olhar complementar para a disciplina.

3.3. A Escola Crítica de Relações Públicas: visões amplas e complexas da disciplina

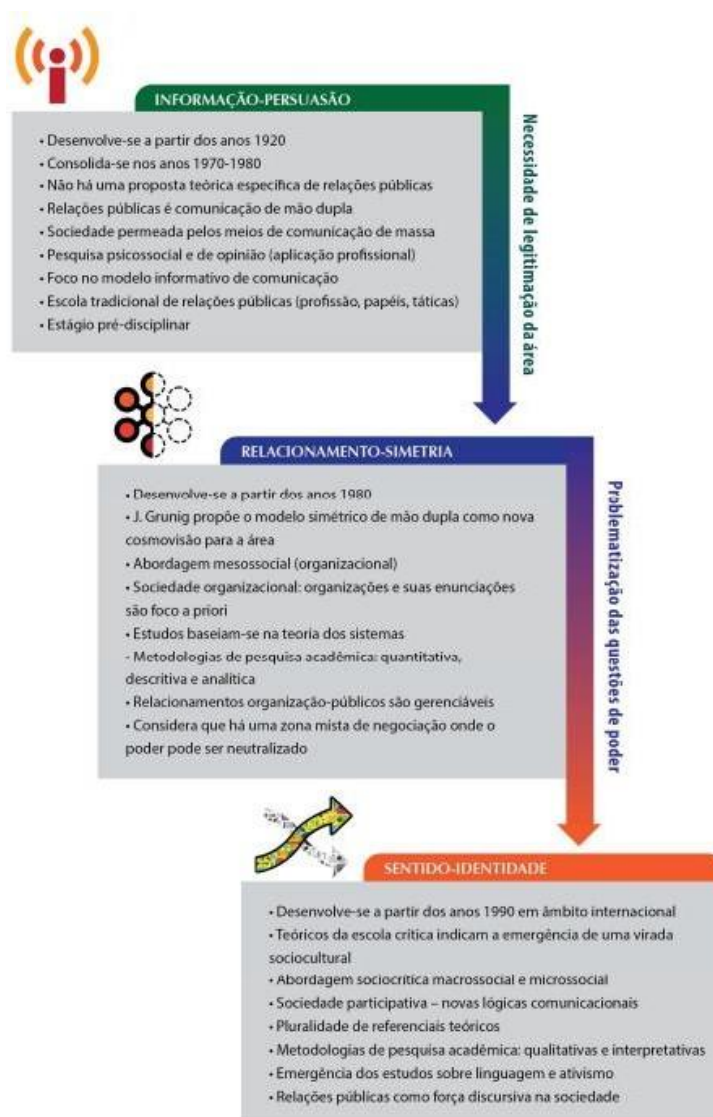
A Escola Crítica, corrente associada à abordagem sociocrítica, evidencia estudos importantes para a constituição disciplinar de Relações Públicas. Ao questionar as abordagens normativas, a perspectiva apresenta um olhar complementar às outras escolas e suas cosmovisões.

Lemos (2017), em sua discussão sobre a constituição da disciplina de Relações Públicas, também opta por usar duas abordagens que condicionam aspectos técnicos e metodológicos dos estudos para designar a matéria. A autora destaca a abordagem organizacional/mesosocial e a sociocrítica.

A primeira seria direcionada para trabalhos, obras e estudos vinculados à atividade de Relações Públicas enquanto função que atende o interesse de organizações formais e desenvolve o relacionamento entre organizações e seus públicos. Já a sociocrítica teria um papel mais:

[...] macrosocial ou microssocial, e acolhe os estudos cujo interesse está nas formas pelas quais as ações e manifestações de relações públicas impactam as transações entre diferentes atores sociais, bem como a construção, desconstrução e reconstrução de significados e identidades desses atores sociais (Lemos, 2017, p. 129).

Figura 1 – Cosmovisão ampliada da disciplina de relações públicas: principais características



Fonte: Lemos, 2017, p. 155.

A figura 1 ilustra bem a relação entre os binômios e abordagens definidos pela autora e os métodos atribuídos a cada um desses ciclos da cosmovisão em Relações Públicas. Isso nos mostra como as abordagens e escolas de pensamento foram influenciadas por cada um desses ciclos.

Diante disso, assim como o binômio “sentido-identidade”, surge como uma virada sociocultural a Escola Crítica de Relações Públicas, também uma alternativa às outras escolas de pensamento, uma virada na visão disciplinar.

Como descreve Jacquie L'Etang em seu livro *Critical Perspectives in Public Relations* (1996):

[...] a perspectiva crítica desafia a visão dada como certa segundo a qual relações públicas é uma disciplina da administração, o que parece significar ‘ciência aplicada’, voltada para o aperfeiçoamento da eficácia organizacional. (L’Etang, 1996 *apud* Lemos, 2017, p. 131).

Entrelaçada à história da profissão, a disciplina de Relações Públicas surge em um contexto organizacional e funcional. Em decorrência disso, seus docentes e seu plano de ensino se relacionam sobretudo para preparar os egressos do sistema de ensino para o mundo do trabalho, limitando o crescimento de um paradigma crítico (Lemos, 2017). Lemos menciona a pesquisadora Lee Edwards para ampliar esta discussão:

Junto com a necessidade de um “selo de aprovação” da indústria, os programas universitários frequentemente dependem do relacionamento positivo com agências e departamentos de RP para garantir sua provisão de colocações no mercado – e nos Estados Unidos e no Reino Unido pelo menos, isso fez com que os acadêmicos fossem cautelosos sobre introduzir uma voz crítica em seus programas, bem como em sua pesquisa (Edwards, 2016 *apud* LEMOS, 2017, p. 134).

Muitos estudos em Relações Públicas desenharam, portanto, uma disciplina funcional que pouco se conectava com outras (Dühring, 2015 *apud* Lemos, 2017, p. 76). Eram estudos “positivistas”, que privilegiavam métodos descritivos, quantitativos e analíticos, os mais respeitados quando se olha para os dominantes binômios “informação-persuasão” e “relacionamento-simetria”.

Lemos (2017) se baseia o texto de Lee Edwards, *The Role of Public Relations in Deliberative Systems* (2016), para explicar a dificuldade de estudos baseados em metodologias qualitativas e interpretativas serem vistos como centrais para o desenvolvimento da disciplina, pois, como os primeiros estudos de Relações Públicas visavam provar o valor da “teoria de excelência de Relações Públicas” de Grunig como abordagem de aplicação prática, a metodologia quantitativa e que valorizava sobretudo a descrição e a análise de dados foi privilegiada.

Partilhamos do entendimento de Edwards (2016) sobre a necessidade de novas visões: “Infelizmente, enquanto epistemologias positivistas tiverem seu lugar na academia, elas terão poder limitado para desenvolver ideias exploratórias; ontologias e epistemologias interpretativas são muito mais produtivas nesse sentido” (Lemos, 2017, p. 136).

A potência da Escola Crítica é sua força criativa e reflexiva. Ao imaginar novos cenários, ontologias e referenciais teóricos, a corrente crítica aponta para o desenvolvimento de uma disciplina plural que possa enxergar suas potencialidades

em diferentes contextos. Embora essa linha de Relações Públicas não consiga ser uníssona e preponderante, sua potência combinativa, exploratória e interpretativa é evidente.

No artigo *Defining the 'object' of public relations research: a new starting point*, Lee Edwards (2011) usa de exemplo os estudos socioculturais para explicar a riqueza de possibilidades que a corrente crítica traz ao usar diferentes abordagens e perspectivas, e que a conexão entre essas realidades seria uma potência em Relações Públicas.

A multiplicidade de perspectivas na Escola Crítica é uma de suas características. Diante disso, Lemos (2017) propõe usar os agrupamentos de Lee Edwards e Caroline Hodges (2011) para distinguir as diferentes orientações epistemológicas e criar conjuntos dentro da corrente crítica em Relações Públicas.

As questões discursivas são o primeiro agrupamento destacado por Lemos. A autora explica que linguagem, discurso, narrativa e poder sempre estiveram conectados e são parte integrante do trabalho de Relações Públicas, e que a profissão é uma força discursiva em nossa sociedade. Este grupo de estudos críticos trata da construção, desconstrução e reconstrução de sentido, das narrativas e seus efeitos na sociedade (Lemos, 2017).

Assim, por ser uma linha de estudo que reconhece o papel de Relações Públicas como uma potência discursiva e de resistência, ela traria um papel ativista e distante do paradigma dominante para a atividade profissional.

Fundamentando-se em Holtzhausen (2000), Lemos comenta que olhar para as narrativas como uma forma de resistência repercute na disciplina e a expande para novos métodos que destoam, mas complementam as abordagens dominantes no campo.

Ademais, ao olhar pelas lentes do ativismo, Lemos (2017) recorre ao trabalho de Castells para relacioná-lo à força discursiva. O esforço discursivo e o trabalho das narrativas de resistência dialogam com o que Castells argumenta sobre a mudança social, que aconteceria:

[...] da ação comunicativa que envolve a conexão entre redes de redes neurais dos cérebros humanos estimuladas por sinais de um ambiente comunicacional formado por redes de comunicação (Castells, 2013 *apud* Lemos, 2017, p. 142).

A autora finaliza o debate sobre as questões discursivas ao reafirmar a relação entre discurso, comunicação, ativismo e relações públicas:

Assim, o ativismo é visto como uma força narrativa que dá voz a indivíduos, grupos e organizações sociais, promovendo um ambiente de controvérsias que se contrapõe à hegemonia de alguns interesses sobre outros (Lemos, 2017, p. 145).

Complementarmente à questão discursiva, existe a linha contextual dos estudos críticos das Relações Públicas, a qual olha para os contextos globais e locais que influenciam a construção de sentidos dentro da prática e da disciplina. Lemos (2017) argumenta que a história, o contexto da origem da profissão das Relações Públicas e da institucionalização do seu campo acadêmico são elementos relevantes para seu retrato e atuação.

E, assim como no caso da linha discursiva, o grupo de estudos contextuais entende a influência do poder e das disputas de narrativas na identificação de um contexto, bem como no seu registro enquanto parte importante daquelas atuações em específico.

Lemos (2017) cita L'Etang (2016) sobre a disputa de contexto para ilustrar a questão:

A pesquisadora destaca, por exemplo, que a historiografia norte-americana buscou associar as práticas de determinados indivíduos em um dado período e contexto ao estabelecimento de modelos profissionais. Essa abordagem pode induzir outras culturas e outros contextos a acolher esses modelos de atuação como seus próprios modelos, turvando a visão sobre os próprios modos de atuar em cada contexto histórico (L'Etang, 2016 *apud* Lemos, 2017, p. 145).

Para muitos autores, o “turvar visões sobre os próprios modos” reitera a necessidade de resistência narrativa e decolonial. As questões contextuais em particular trazem leituras novas para a atuação ao explorar as técnicas, papéis e estratégias de Relações Públicas fora do contexto normativo.

Também de forma complementar às linhas de estudo discursivas e contextuais, têm-se as questões profissionais, das quais os autores olham as Relações Públicas e suas consequências macro e microssociais. Para falar da profissão e da linha das

questões profissionais, Lemos (2017) cita Pierre Bourdieu e a classificação de "intermediários culturais" para falar sobre a profissão:

Um dos conceitos mais comumente adotados por diversos pesquisadores desta escola de pensamento é o de intermediários culturais, de Pierre Bourdieu. Essa abordagem orienta a discussão para o poder exercido no campo da linguagem, que, segundo Bourdieu, é mais forte que o uso da força propriamente dito (Bourdieu 2013a *apud* Lemos, 2017, p. 146).

Ao destacar Bourdieu nessa discussão, Lemos (2017) retorna à questão da linguagem, cultura e profissão, deixando nítida a ideia de que “vender os serviços simbólicos” seria uma das funções da profissão. É o trabalho das Relações Públicas, diante das lentes do intermediário cultural, gerir simbolicamente a imagem da organização e defendê-la discursivamente.

A luta discursiva que dá suporte ao papel do relações-públicas como intermediário cultural está indissoluvelmente ligada à aquisição de poder simbólico por parte das organizações para as quais esses profissionais trabalham (Lemos, 2017 *apud* Edwards, 2021, p. 441).

Lemos (2017) reflete sobre a importância do olhar crítico para a profissão e, sobretudo, para a função de intermediário cultural. Para a autora, a corrente de estudos culturais faz propostas importantes para orientar e guiar novas ideias e conexões na disciplina.

A reflexão sobre a profissão e seu papel como intermediário cultural e curador de símbolos é conectada à sua força discursiva, e imaginá-la desta forma é também importante para a reflexão de diferentes contextos em que as Relações Públicas poderiam oferecer “os serviços simbólicos”, sobretudo em contextos que favorecessem a sociedade.

Em resumo, a Escola Crítica de Relações Públicas é diversa. A episteme construída nesta corrente se divide em diferentes linhas teóricas que buscam explorar a função, seus contextos de atuação e desenvolvimento acadêmico e as consequências do seu discurso, seja para ter uma narrativa dominante, seja uma narrativa resistente (Lemos, 2017). É nítido, porém, que esta abordagem e recorte de Lemos, inspirados no trabalho de Lee Edwards e Caroline Hodges (2011), não reflete toda a complexidade da Escola Crítica de Relações Públicas.

As produções brasileiras de Peruzzo (1986) e de Roberto Porto Simões (1995), identificadas pela pesquisa de Lemos, Lopes e Delphino (2023) como da Escola

Crítica, também abordam diferentes aspectos das questões levantadas por Lemos em sua tese, porém com perspectivas novas, como no caso de Peruzzo (1986), que usa o materialismo histórico, e de Simões (1995), que olha para a função política das Relações Públicas.

Apesar da complexidade e pluralidade da corrente crítica, como destaca Lemos (2017), observa-se que a escola oferece “uma contribuição fundamental para a constituição disciplinar de relações públicas” (Lemos, p. 151).

Em sua proposta de abordagem metodológica e técnica, ela oferece um olhar diferente e diferenciado para a disciplina.

Quadro 1 – Abordagens de estudo em Relações Públicas

Abordagens de estudo em relações públicas		
	Características	Escolas de pensamento
Mesosocial Organizacional	<div>Atividades profissionais de relações públicas no contexto organizacional.</div> <div>Privilegia metodologias de estudo quantitativas, descritivas e analíticas.</div> <div>O referencial teórico-conceitual central é a teoria dos sistemas.</div>	<div>Escola Tradicional de Relações Públicas</div> <div>Escola de Comunicação Estratégica</div>
Sociocrítica Macrossocial Microsocial	<div>Estudo das consequências e efeitos intencionais e não intencionais de relações públicas como força discursiva na sociedade e nos grupos sociais que constituem suas próprias práticas discursivas e de construção do mundo social.</div> <div>Privilegia metodologias interpretativas e qualitativas.</div> <div>Caracteriza-se pela diversidade de aportes teórico-conceituais.</div>	<div>Escola Crítica (Virada Sociocultural)</div> <div><div>Questões discursivas</div><div>Questões contextuais</div><div>Questões da profissão</div></div>

Fonte: Lemos, 2017, p. 152.

A abordagem mesossocial e seu episteme positivista proporcionou um suporte importante não só para a profissão, mas também para a teoria de Relações Públicas. Os métodos quantitativos, analíticos e descritivos ofereceram suporte para teorias fundamentais, como a de “excelência” de Grunig.

Contudo, a corrente mesossocial tem suas limitações. A abordagem sociocrítica, influenciada pelo binômio sentido-identidade, expande a disciplina para diferentes fronteiras, trazendo análises e métodos qualitativos e interpretativos, os quais permitiriam reflexões complementares às trazidas pela linha organizacional.

A transdisciplinaridade colocada por Lemos (2017) dialoga diretamente com essa complementaridade entre as duas abordagens. Sobre sua potencialidade dentro dos campos de conhecimento, Lemos cita Lopes e Romancini:

[...] com base em toda a riqueza de saberes produzida pelas distintas disciplinas, e é precisamente essa a base que tem permitido e exigido dar um salto à frente e passar para um pensamento transdisciplinar (Lopes; Romancini, 2014 *apud* Lemos, 2017, p. 75).

A riqueza do conhecimento transdisciplinar, que potencializa a disciplina de Relações Públicas, está diretamente relacionada ao binômio sentido-identidade. A diversidade de linhas de estudo e a solidificação de uma escola que pensa os efeitos de relações públicas enquanto potência discursiva apontam para uma disciplina que se aproxima de um período pós-disciplinar (Lemos, 2017).

Ao olhar as Relações Públicas por diferentes referenciais teóricos, como fizeram Peruzzo (1986) e Simões (1995), é possível expandir a forma de atuação da área na sociedade. Tais atuações alternativas, o pensar de Relações Públicas apoiando outras disciplinas e abrindo-se para outras interpretações é imaginar uma disciplina viva e conectada com os problemas da sociedade e cidadania.

3.4. Escola Crítica de Relações Públicas brasileira e sua relação histórica com a Comunicação Popular

Ao pensar em disciplinas, áreas e subáreas que oferecem perspectivas inovadoras e propositivas para as Relações Públicas, é possível destacar uma delas: a Comunicação Popular.

A Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária oferece uma abordagem subversiva ao propor que as classes subalternas tenham acesso de forma participativa, dialógica e educativa aos instrumentos e tecnologias de comunicação. Ao adquirir conceitos das matrizes epistemológicas de Comunicação Popular, as Relações Públicas podem inverter sua abordagem normativa, não atuando para conformar o interesse público ao privado, mas para emancipar e educar as classes populares.

Historicamente, no contexto acadêmico brasileiro das Relações Públicas, existiram trabalhos críticos que dialogaram com a linha de estudos de Comunicação

Popular, Alternativa e Comunitária (CPAC).

Embora a pesquisa de Lemos (2017) não traga um olhar aprofundado e singular para a linha teórica de Comunicação Popular, a autora indica uma importante relação entre os traços críticos do campo acadêmico de Relações Públicas e os estudos sobre (CPAC).

[...] passamos a construir essa argumentação cotejando os aspectos da escola crítica de relações públicas que emergiram como relevantes para a compreensão dos traços críticos na escola brasileira de relações públicas, quais sejam: 1) Estudos ligados à subárea de estudos de comunicação conhecida como comunicação popular, alternativa e comunitária (CPAC); 2) Estudos historiográficos; 3) Estudos sobre novas narrativas (Lemos, 2017, p. 156-157).

A pesquisa bibliográfica feita por Lemos, Lopes e Delphino (2023) corrobora esta ideia. Ao demonstrar o surgimento de obras importantes da Escola Crítica de Relações Públicas neste período, como *Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista* (1986), de Cicilia Peruzzo, *Comunicação Social e Relações Públicas* (1971), de Walter Ramos Poyares, e *Usos e abusos de relações públicas* (1971), de José Xavier de Oliveira.

São obras que passaram a debater e praticar as Relações Públicas sob outra ótica, conferindo-lhes uma nova dimensão em sua prática e pressupostos teóricos. A abordagem sócio crítica, por adotar metodologias interpretativas e linhas teóricas da Escola Crítica, que olham tanto para a profissão quanto para o papel discursivo de Relações Públicas, provocou um olhar para outras possibilidades de prática das Relações Públicas – práticas populares, comunitárias e alternativas.

Conforme Lemos, tanto a publicação de Margarida Kunsch, *Relações públicas: como servir aos interesses populares* (1981), quanto o livro de Peruzzo (1986) são exemplos de que os “traços críticos na escola brasileira de relações públicas” estavam ligados a estudos nas áreas de pesquisas e de comunicação – conhecida como Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária (CPAC) – e empreenderam ideias de Relações Públicas populares/comunitárias e alternativas (Lemos, 2017, p. 156-157).

Lopes (2014, p. 53) corrobora essa interpretação sobre a história da disciplina ao comentar que, na década de 1980, foram feitos “esforços para a elaboração de

uma teoria e metodologia da comunicação latino-americana” e que houve uma:

[...] politização das pesquisas em Comunicação com forte influência gramsciana, com metodologias qualitativas; temáticas: novas tecnologias da comunicação, transnacionalização, cultura e comunicação popular (Lopes, 2014, p. 53 apud Lemos, 2017, p.160).

Essa perspectiva de análise de relações e estruturas de poder é uma conexão importante com as matrizes epistemológicas e geração de conhecimento de CPAC. As obras de Peruzzo (1986, 2024) são exemplos nítidos de como a Escola Crítica, em seu olhar reflexivo para as consequências das Relações Públicas no trato social, dialoga de forma próxima com os estudos de CPAC. Peruzzo (1986) traz de forma reiterada a existência dessas estruturas opressivas e sua ligação às Relações Públicas:

Relações Públicas se dizem promover o bem-estar social e a igualdade nas relações sociais numa sociedade marcada por profundas diferenças de classe. Tratam os interesses privados como sendo interesses comuns de toda a sociedade, escondendo que esses interesses são comuns à classe, que detém o controle econômico, social, cultural e político da sociedade. Em suma, elas contribuem para camuflar os conflitos de classe e educar a sociedade na direção ideológica burguesa para preservar a dominação do capital sobre o trabalho (Peruzzo, 1986, p. 56).

Em suas manifestações, Peruzzo (1986) não se limita às críticas a esta ligação, mas também evidencia estratégias de Relações Públicas que dialogam com as classes subalternas e que priorizam um papel mobilizador e educador.

1º) uma mudança existencial. O “relações públicas” há de ser um verdadeiro ser de relações. Relembro a distinção que fala Paulo Freire entre o ser de relações e o ser de contatos. Quando serve ao fetiche, o “relações públicas” se definiria melhor como um ser de contato. (...) 2º) sacudir a passividade política. Compenetrar-se de seus direitos e deveres como profissional e cidadão no contexto em que vivemos. 3º) reconhecer-se como classe e procurar atuar grupalmente para fazer seus direitos reconhecidos. (...) 4º) estudar possíveis alianças com as classes subalternas. Isso é possível quando os objetivos do “relações públicas” coincidirem com os das classes subalternas: a transformação sócio-econômica-política em vista de uma sociedade justa e livre. 5º) oferecer suas técnicas para as classes subalternas. Nesta tarefa, a metodologia indispensável a se adotar é a metodologia da troca. Ela supõe que nem o intelectual nem o povo sejam donos absolutos da verdade. Ambos estão a caminho dela. Daí, o “relações públicas” respeitará a criatividade e o jeito de se relacionar que é próprio do povo (Peruzzo, 1986, p. 127).

Esses valores e estratégias desenvolvidos por Peruzzo (1986) se conectam diretamente à ideia atual da autora sobre a importância das matrizes epistemológicas de CPAC para transformação das estruturas injustas e que reproduzem valores e modos de opressão (Peruzzo, 2024, p. 116).

3.5. Comunicação Popular, suas matrizes epistemológicas e como podem mudar as Relações Públicas

A CPAC a ser usada nesta pesquisa refere-se à expressão como é usada na obra *Fundamentos Teóricos da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa*, de Peruzzo (2024), em que é definida no contexto de Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa enquanto categoria macro que designa a comunicação em movimentos sociais, organizações associativas e comunidades que lutam pela efetivação de seus direitos e por agência política (Peruzzo, 2024).

O “popular”, segundo Peruzzo (2024), espelha uma definição multifacetada que envolve a definição da palavra “povo”. O termo pode ser interpretado através de diferentes noções: em seu sentido massivo, alternativo ou folclórico.

Invariavelmente, é importante deixar nítido que o termo popular não pode ser imputado a qualquer objeto simbólico produzido pela população. Gonzalez (2016 *apud* Peruzzo, 2024, p. 102) traz luz e objetividade ao termo “popular” ao associá-lo com uma variável histórica e não natural. A ideia de povo se refere sobretudo às classes subalternas que variam na história; portanto, a matéria simbólica é popular quando, em um recorte histórico específico, é produzida e reproduzida por elas (Gonzalez, 2016).

A partir dessa ideia, Peruzzo (2024) aponta a importância dessa frente comunicativa para a sociedade, usando de contexto histórico e político os anos das ditaduras militares na América Latina:

A Comunicação Popular representou — e ainda representa — a voz dos segmentos organizados da sociedade civil como contracomunicação em relação aos meios de comunicação convencionais comerciais e público-governamentais, com suas lógicas de mercado voltadas ao lucro ou à política governamental. Ainda mais, quando esses meios estão sob censura em contextos de regimes autoritários, como foi, por exemplo, durante as ditaduras militares na América Latina, que deixaram de existir apenas nas últimas décadas do século XX (Peruzzo, 2024, p. 103).

Para Peruzzo (2024), entender o contexto histórico é essencial para entender não somente a evolução, a forma de atuação e as conquistas da comunicação do “povo”, mas também para entender seus limites e suas vertentes de comunicação “comunitária” e “alternativa”.

As duas vertentes se diferem por quem as usa e por seus contextos. A comunicação alternativa designa tanto a popular, explicada anteriormente, quanto uma imprensa/veículos de comunicação destoante da mídia tradicional. Portanto, o termo está muito relacionado à imprensa alternativa (Peruzzo, 2009).

Isto não significa:

[...] que também os pequenos jornais, boletins informativos e outras formas de comunicação (como panfletos, alto-falantes, carro de som, literatura de cordel, slides etc. – do circuito dos movimentos populares) eram chamados de alternativos pela força do sentido do seu conteúdo, porém, sem dispensar a leitura de jornais convencionais (Peruzzo, 2009, p.53).

Por outro lado, a comunicação comunitária se destinava muito mais ao sentido de comunidade relacionada ao local/território em que existe. O canal e as mensagens desse tipo de comunicação são voltados para os interesses e necessidades dos indivíduos no seu território. Dito isso, ela se torna um instrumento de prestação de serviços e formação da ideia de bem-estar e direito coletivo ao se preocupar em ter sintonia com os temas da realidade da localidade (Deliberador; Vieira, 2005, p. 8).

Porém, para além da questão da localidade e território, a comunicação comunitária prevê cooperação, diálogo e construção conjunta da comunicação. Os movimentos populares, associações comunitárias, ONGs de base social e demais organizações de ação popular são exemplos de atuação comunitária que não prevê localidade em comum, mas sim identidade e ação conjunta. São atores que buscam dar voz aos problemas e realidades comuns, e à dignidade de ter seus direitos de cidadania respeitados (Peruzzo, 2009).

Apesar das diferenças em contexto histórico e em conceituação, a categoria abrangente de comunicação popular e suas vertentes popular e alternativa possuem entre si matrizes epistemológicas em comum. Peruzzo (2024) se dedica a olhar as bases ontológicas e epistemológicas que fundamentam a comunicação de movimentos sociais e populares, olhando para as metodologias e buscando seu percurso científico.

Para compreensão mais intuitiva, foi elaborado, no quadro 2, um resumo das matrizes epistemológicas, seus títulos, significados e autores que as influenciaram a partir da perspectiva de Peruzzo (2024).

Quadro 2 – Matrizes Epistemológicas de CPAC

Matriz	Significado	Principais Autores Influentes
Humanística	Baseia-se na premissa do ser humano como sujeito de direitos e protagonista histórico, capaz de transformar sua realidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Paulo Freire; • Karl Marx; • Antonio Gramsci; • Karl Jaspers; • Martin Buber; • Amartya Sen.
Progressista Transformadora	Adota uma visão crítica da realidade, reconhecendo as contradições estruturais da sociedade. Alinha-se com movimentos sociais e forças progressistas, visando mudanças sociopolíticas.	<ul style="list-style-type: none"> • Paulo Freire; • Mário Kaplún; • Juan Diaz Bordenave; • Orlando Fals Borda.
Autonomia	Enfatiza a independência dos movimentos sociais em relação a partidos políticos e governos, buscando autossustentabilidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Pedro Demo; • Arturo Escobar.
Participativa e Dialógica	Promove a participação ativa dos sujeitos em todos os processos comunicacionais, inspirada na comunicação horizontal e no diálogo.	<ul style="list-style-type: none"> • Paulo Freire; • Luis Ramiro Beltrán; • Mario Kaplún; • Juan Diaz Bordenave.
Educativa	Integra comunicação e educação, promovendo a educomunicação comunitária.	<ul style="list-style-type: none"> • Paulo Freire; • Mário Kaplún; • Carlos Rodrigues Brandão; • Daniel Prieto Castillo.

Fonte: Autor, 2024.

Depreende-se da leitura de Peruzzo (2024) das matrizes epistemológicas que há um olhar profundo e crítico não só para o ato de comunicar, mas para a própria natureza das classes subalternas e das estruturas da sociedade.

Esse olhar crítico para as relações sociais contemporâneas e centrado na emancipação das classes subalternas possibilita uma perspectiva transformadora nas Relações Públicas. As principais matrizes – humanística, progressista transformadora, autonomia, participativa e dialógica, e educativa – não apenas convidam para uma

reflexão crítica, mas para a ação.

A transformação da injustiça e de um sistema que oprime as classes populares, e também uma educação e mobilização cidadã, as quais fomentam a participação e diálogo, parecem ser pressupostos teóricos de uma diversidade de pensadores, incluindo filósofos, sociólogos, educadores e comunicólogos diversos, direcionados a uma comunicação “libertadora”. Nesse processo, preza-se pela sintonia entre a autonomia e a educação popular informal e não formal voltadas ao desenvolvimento da cidadania (Peruzzo, 2024).

Possibilitar a confluência das matrizes epistemológicas com as Relações Públicas é aproximá-la da Filosofia, Ciência Política, Educação e Sociologia, resultando em uma abordagem integrada que reimagina suas técnicas e papéis como parte de um processo de transformação social baseado na participação ativa dos sujeitos, na construção coletiva do conhecimento e no compromisso com a mudança social.

A tentativa de olhar para a teoria das Relações Públicas a serviço do interesse popular já foi comentada por Margarida Kunsch em 2007 (p. 166-167), quando ela afirma que foi:

[...] no início da década de 1980 que se passou a debater as relações públicas sob uma nova ótica, preconizando sua utilização também a serviço dos interesses populares e comunitários. Isso se deu graças ao avanço que então já havia alcançado a comunicação alternativa, em decorrência dos esforços empreendidos por defensores das liberdades democráticas. [...] Gradativamente, a abordagem dessa temática foi sendo objeto projetos desenvolvidos por “agências experimentais”, formadas por alunos do último ano dos cursos universitários da área; de monografias de estudantes de graduação e de pós-graduação lato sensu; assim como de dissertações de mestrado e teses de doutorado em nível de pós-graduação stricto sensu (Kunsch, 2007, p. 166-167).

A importante contribuição teórica brasileira para as Relações Públicas populares foi a adaptação das suas técnicas e abordagens para a CPAC. Alguns autores brasileiros (Simeoni, 2007; Peruzzo, 2015) exploraram a temática das interfaces entre CPAC e Relações Públicas para imaginar a possibilidade dessa atuação.

Essa perspectiva deixou as Relações Públicas mais próximas de uma mobilização social dentro do contexto da CPAC e mais conectadas com as ideias de

participação, diálogo, “a autonomia e, sintonizadas, a educação popular informal e não formal voltadas ao desenvolvimento da cidadania” (Peruzzo, 2024, p. 116).

Peruzzo (2020) traz luz para a possibilidade dessa convergência ao comentar como ela poderia ocorrer.

Nesse ambiente, as relações públicas populares podem contribuir não apenas para o planejamento, o diagnóstico, a comunicação institucional e o relacionamento com os públicos, mas também com a comunicação mobilizadora. A comunicação institucional, que perpassa distintos formatos e tecnologias alcançadas, se encarrega da comunicação, em especial, com os públicos externos cuidando da difusão das reivindicações, da visibilidade pública, da reputação, da circulação de informações e esclarecimentos desde o ponto de vista das organizações de caráter cívico, sobre suas realizações, sua visão de mundo e defesa de causas sociais. Já a comunicação mobilizadora é aquela que acontece na relação da organização ou movimento popular com seus públicos beneficiários (sujeitos da ação da organização), ou seja, quando se aplicam instrumentos e técnicas (materiais didático-pedagógicos) facilitadores de dinâmicas grupais entrelaçados com as atividades desenvolvidas (Peruzzo, 2020, p. 13).

Seriam aplicadas técnicas e instrumentos não só para mobilizar as parcelas subalternas e periféricas da população, mas também incentivá-la a debater, a participar e a ativá-la, através de uma educação informal, a levar em conta seus conhecimentos e saberes.

No nível dos princípios, grosso modo, as relações públicas populares demandam, em primeiro lugar, nova posição epistemológica, de inconformismo com as situações de opressão, negação de direitos, desigualdade social e todas as demais formas de violação de direitos de cidadania refletidos nas várias formas de violência, pobreza, corrupção, condições indignas de trabalho e remuneração, falta de ética em favor da coletividade e assim por diante. Em segundo lugar, pressupõem a incorporação de novas posturas e de procedimentos metodológicos coerentes com propostas de mudança em favor de um desenvolvimento que tenha como finalidade primordial o ser humano e a vida saudável do planeta (Peruzzo, 2020, p. 13).

Conclui-se, portanto, que a relação entre CPAC e a Escola Crítica de Relações Públicas é intrínseca em sua história brasileira, mas que a atuação popular passa por uma revisão de suas raízes epistemológicas. Porém, o questionamento das relações e estruturas de poder na sociedade contemporânea, presentes nos estudos críticos e na subárea de CPAC, potencializam a disciplina e a prática das Relações Públicas para outras fronteiras do conhecimento e formas de atuação que beneficiam um desenvolvimento da cidadania e da igualdade de direitos.

4. CAMINHOS POSSÍVEIS E DESAFIOS PARA UMA ATUAÇÃO CRÍTICA E POPULAR EM RELAÇÕES PÚBLICAS

Diante do papel promissor que teoricamente Relações Públicas em sua vertente crítica e popular tem, é de suma importância imaginar e projetar possíveis caminhos práticos e voltados para atuação dessas linhas. É necessário entender como elas interagem com a contemporaneidade, quais obstáculos encontram, quais soluções elas podem apresentar para atual conjuntura ecológica e social e como podem somar na constituição disciplinar de Relações Públicas.

4.1. Crises contemporâneas: a necessidade de revisão de referenciais teóricos e políticos ocidentais

A chegada do terceiro milênio marca um período de transformações tecnológicas, socioculturais, ecológicas e linguísticas em diferentes regiões do mundo. Além dos avanços tecnológicos, a sociedade encontra-se diante de desafios sem precedentes que exigem uma profunda revisão da sua estrutura política e dos seus saberes.

A atual tessitura social proporcionada pela Web 4.0, Internet das Coisas (IoT), Inteligência Artificial e outras tecnologias de informação e comunicação aponta para novas oportunidades e estruturas, mas também desafios: a arquitetura digital transforma a morfologia social e política ao introduzir a presença de sujeitos não humanos e de uma estrutura de troca e comunicação sem precedente (Di Felice, 2021). Paralelamente, a crise climática ocasionada pela ação humana tem impactado o acesso à comida, água e outros direitos básicos para grupos e comunidades, para não mencionar os danos à natureza (IPCC, 2023).

Este cenário de transformação digital e de crise climática é marcado pelo protagonismo crescente de atores não humanos no tecido social, tanto os elementos da crise ecológica – nível do mar, temperatura média do planeta, níveis de rios – quanto os da arquitetura cibernética e informacional da internet – redes sociais, bots, inteligência artificial e IoT.

Ao falar sobre as alterações necessárias nos padrões de vida da sociedade para superar as crises atuais, a obra de Di Felice, *A cidadania digital: a crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes digitais* (2021), destaca uma dupla

mudança importante. A primeira é enxergar o planeta Terra enquanto um sistema vivo, interagente e ativo capaz de se informar, comunicar e se adaptar.

A noção de um planeta enquanto organismo vivo é uma teoria proposta por James Lovelock, um importante pesquisador e ambientalista na luta contra a crise ecológica. A perspectiva é uma resposta à crise climática que vive a humanidade e à tradição ocidental que se baseia na ideia de ambiente e natureza como uma relação

de posição baseada “na distância entre o sujeito humano e o mundo externo, uma ideia presente tanto na tradição criacionista judaico-cristã, como em toda a filosofia do velho continente” (Di Felice, 2021, p. 43).

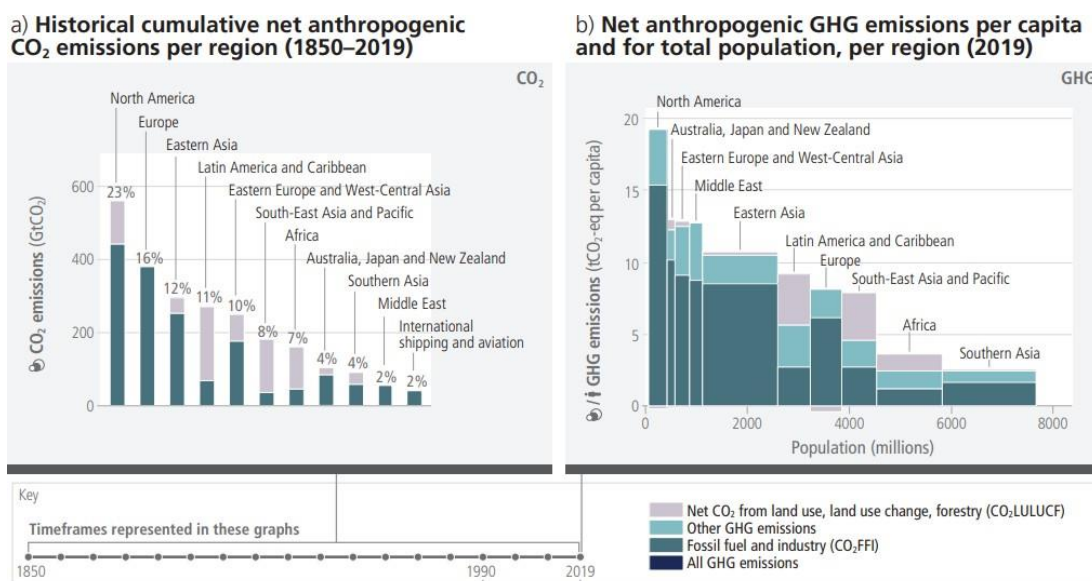
O aquecimento da temperatura global ocasionado pelos atuais padrões de consumo e produção humanos e as emissões de gases do efeito estufa e de CO₂ causam danos irreversíveis em inúmeros ecossistemas. Eventos climáticos extremos se tornarão mais frequentes, incluindo ondas de calor, chuvas intensas e inundações, o que eleva os riscos à saúde e à infraestrutura.

O risco é nítido para a biodiversidade e para a economia mundial. As populações vulneráveis e regiões com menos recursos serão as mais afetadas, com a pobreza e a falta de governança amplificando sua exposição aos riscos climáticos (IPCC, 2023).

Em um momento crítico para a biosfera, como descrito pelo *Climate Change 2023 Synthesis Report*, do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) (2023), a atual perspectiva extrativista e exploratória que leva em consideração somente os interesses e padrões de vida antropocêntricos pode ameaçar o equilíbrio ecológico do planeta.

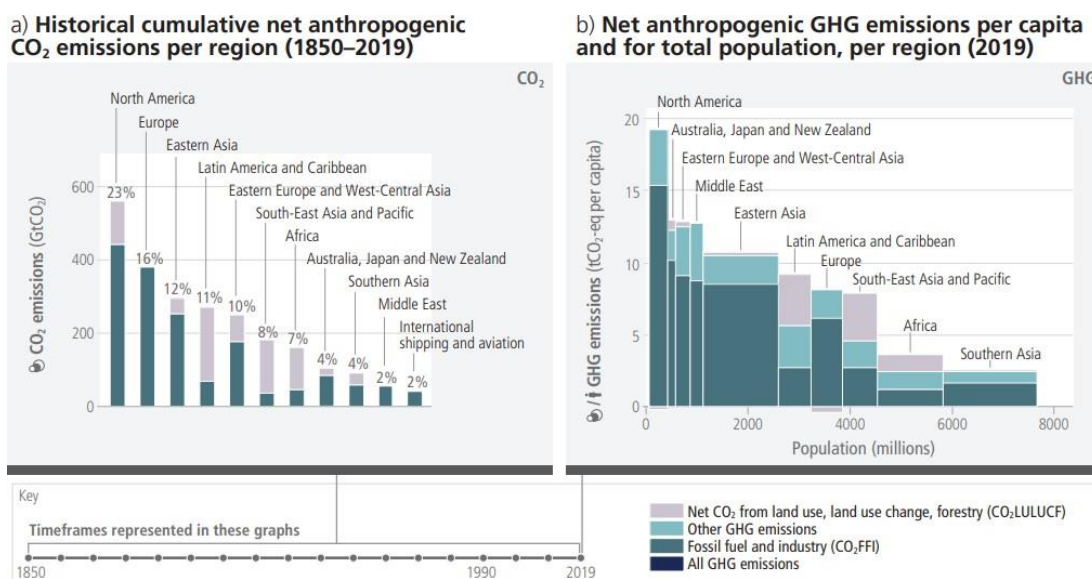
As mudanças climáticas causadas pelo ser humano são consequência de mais de um século de emissões líquidas de gases de efeito estufa (GEE), resultantes do uso de energia, da forma como usamos e modificamos a Terra, dos estilos de vida e dos padrões de consumo e produção (IPCC, 2023, p. 44, tradução nossa).

A produção de carbono e de gases do efeito estufa (GEE) está historicamente concentrada nas regiões em que predominam a tradição criacionista judaico-cristã e a filosofia ocidental do que é a natureza.

Gráfico 2a – Emissões acumuladas líquidas históricas de CO₂ antropogênicas por região (1850–2019)

Fonte: *Climate Change 2023 Synthesis Report*, 2023.

Gráfico 2b – Emissões líquidas antropogênicas de GEE per capita e para a população total, por região (2019)



Fonte: *Climate Change 2023 Synthesis Report*, 2023

Tradicionalmente, a região norte-americana é uma das que mais emitem gases tóxicos para a atmosfera. Ao analisarmos o gráfico 2a, conclui-se que aproximadamente metade das emissões de CO₂ foram causadas pela América do Norte (23%) e Europa (16%).

Já com a análise do gráfico 2b, percebe-se que isso se mantém, com países europeus, norte-americanos e britânicos produzindo gases de efeito estufa a um ritmo

acima da média.

Apesar disso, o IPCC (2023) nos indica que as:

[...] pessoas e sistemas mais vulneráveis têm sido desproporcionalmente afetados pelos impactos das mudanças climáticas.

[...]

Os Países Menos Desenvolvidos (LDCs) e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), que emitem muito menos CO₂ por pessoa (1,7 e 4,6 toneladas de CO₂ equivalente, respectivamente) do que a média global (6,9 toneladas de CO₂ equivalente, sem contar CO₂ de mudanças no uso da terra), também são altamente vulneráveis aos perigos climáticos. Os “pontos críticos” de alta vulnerabilidade humana no mundo incluem a África Ocidental, Central e Oriental, o Sul da Ásia, a América Central e do Sul, os SIDS e o Ártico (IPCC, 2023, p. 51).

Conclui-se a partir disso que, embora os países mais desenvolvidos tenham maior acesso a tecnologias de informação, eles ainda produzem mais gases de efeito estufa e são os que menos sofrem com as incidências climáticas.

A perspectiva dominante nestes países é que a natureza é oposição ao desenvolvimento. Entender o planeta como um organismo e sistema vivo, colocar a fauna, flora e a biosfera como sujeitos de direito, uma perspectiva diferente da ocidental, parece ser o caminho necessário para enfrentar a crise ecológica.

Por fim, a segunda mudança necessária para Di Felice (2021) é a adaptação aos sujeitos não humanos: os cibernéticos e informacionais, os big-datas, bots e inteligências artificiais que se apresentam digital, mas que provocam a sociedade para a crise em seu habitat físico, no seu planeta.

A arquitetura informacional e cibernética consolidada pela Internet das Coisas (IoT) e pela Web 4.0 tem demonstrado, de maneira inequívoca, a impossibilidade de manter uma visão antropocêntrica do mundo. Os objetos técnicos, os algoritmos e as próprias alterações climáticas assumem papéis ativos nas redes de relações sociais, demandando ações, comportamentos, atitudes e informações de outros sujeitos na arquitetura digital, criando um ambiente que exige diferentes acordos, trocas e interações no âmbito político e social.

Estas mudanças representam a crise de organização política e de *polis*, termo grego para definir cidade. A democracia ocidental, como foi arquitetada por pensadores antigos e modernos, não é mais compatível com a contemporaneidade

de outros atores no viver político (Di Felice, 2021, p. 53). Conceitos como opinião pública, partidos políticos, participação, representação política são colocados em xeque.

Para Di Felice, a necessidade revisar linguagens e paradigmas sociais passa por questionar:

[...] a dimensão política do social e nas simplificadas ecologias políticas, inventadas pelos nossos antepassados gregos, formadas por grupos de humanos e organizadas a partir da troca de opiniões e da construção de decisões tomadas exclusivamente pelos cidadãos (Di Felice, 2021, p. 53).

Contextualiza-se, especificamente, que:

[...] as infraestruturas reticulares que digitalizam e conectam seres humanos à biodiversidade, coisas, inteligências de dados, permitindo um tipo particular de interação ecológica que se estende muito além das redes sociais, demarcam com decisão, a questão da morfologia social e de sua arquitetura (Di Felice, 2021, p. 73).

O habitar e a transformação digital não eximem a humanidade da sua existência e responsabilidade com outros sujeitos humanos e não humanos no mundo físico. Na verdade, a “esfera digital e a corpórea não são separáveis, mas influenciam-se mutuamente, criando contínuas alterações recíprocas” (Di Felice, 2021, p. 85).

Pautada na ideia de superação do modelo ocidental de *polis*, que considera somente humanos como parte da vida política e comunicativa, a ideia de cidadania digital proposta por Di Felice (2021) se baseia nesta crise da ideia de democracia e participação nos ambientes digitais.

O autor (2021) propõe para a cidadania digital uma reinvenção dessas ideias e a incorporação de novos atores. O reimaginar da figura do cidadão para um “infoindivíduo” (Di Felice, 2021) que abarca uma noção além do sujeito ou objeto, de uma forma conectiva que poderia abranger todos os sujeitos humanos e não humanos.

A cidadania digital significa que os seus infoindivíduos têm plena consciência dos regulamentos, direitos, privilégios e obrigações políticas que existem na arquitetura digital e que, além da transparência digital, também sejam fomentadas novas formas de participação on-line.

Precisamos construir softwares, algoritmos e regras que garantam o respeito aos direitos de todos e uma participação ativa e concreta nos processos decisórios e nas novas formas de governança digital (Di Felice, 2021, p. 183).

É nítido que tanto a questão da transparência quanto de governança digital propostas por Di Felice (2023) são convergentes com a necessidade de adaptação no caso das crises climáticas. Adaptar e reimaginar direitos, comportamentos e formas de participação na vida política e na conversação dos habitats parecem ser importantes tanto nas sugestões do IPCC quanto no livro de Di Felice.

Uma leitura é necessária para ser feita sobre as crises atuais, as quais Di Felice e o IPCC destacam, é a convergência de suas matrizes ontológicas. A visão ontológica da política, da participação democrática e da relação “humanidade e natureza”, a qual Di Felice (2021) aponta como incompatível com o momento atual, é profundamente enraizada na epistemologia ocidental.

Assim, a filosofia grega inventa não apenas a ideia ocidental de formas de governo e um método de administrar os assuntos públicos, mas, acima de tudo, uma ontologia do real, uma ideia de mundo, na qual o homem, como ser superior, dotado de linguagem, domina, dispõe e administra o mundo e a natureza, entendidos como algo externo e inferior (Di Felice, 2021, p. 51).

A crise da ideia ocidental de democracia, cidade, habitat e participação política converge para uma crise nos conceitos ocidentais de consumo, produção e relação com meio ambiente, sendo esses pensamentos mais dominantes nos países euro-americanos.

Apesar da permanência das crises citadas, os conceitos ocidentais ainda não foram completamente capazes de resolvê-las. É possível, portanto, que caminhos para uma virada epistemológica e linguística esteja em culturas e conhecimentos não ocidentais, não centrais, formas de habitar que sejam sustentáveis e enxerguem a possibilidade de uma conexão entre todos os atores da rede.

Di Felice (2021, p. 74) narra sua experiência com a filosofia de habitar do povo Krahô, uma ideia ancestral divergente do pensamento ocidental.

[...] lembro-me bem da clara descrição que o velho Aleixo, pajé da etnia krahô, fez-me de sua aldeia, localizada no estado de Tocantins: "Na nossa aldeia vivem, além de nós homens, as mulheres, as crianças, os idosos, os nossos parentes mortos, os espíritos, o rio, os peixes, as árvores, as cobras, as onças, os pássaros". Lembro que sua descrição se estendeu por vários minutos, fazendo uma lista de entidades que incluía um machado, uma pedra em forma de machado que falava e contava histórias. O krahô tinha uma ideia

de sociedade distinta daquela dos gregos. Eles não habitavam a pólis, um espaço urbano povoado apenas por seres humanos, nem o Estado, mas a complexidade conectiva das redes das florestas (Di Felice, 2021, p. 75).

A filosofia da comunidade indígena Krahô se conecta bem com o contexto da arquitetura informacional, da cidadania digital e dos infoindivíduos, e se opõe a práticas exploratórias da natureza. O povo Krahô evidencia a potencialidade da filosofia dos povos originários, sobretudo no contexto das crises citadas, de serem esperança e poderem contribuir de forma complementar aos desafios atuais.

Conectar povos historicamente marginalizados a tecnologias e a arquiteturas informacionais é possibilitar esses novos caminhos, conexões e relacionamentos. Exemplos disso são o Exército Zapatista de Libertação Nacional, o movimento revolucionário indígena, que utilizou tecnologias modernas como telefones via satélite e internet como uma maneira de obter a sustentação local e estrangeira, e o povo Paiter Suruí, que digitalizou a parte da floresta em que habita para fins de proteção e conservação (Di Felice, 2021).

Esse tipo de conhecimento, vindo das áreas e regiões periféricas do mundo, pode contribuir para a superação das atuais crises democráticas e ecológicas ao mostrar caminhos para uma democracia interconectada com atores não humanos, em uma perspectiva em que a participação e os direitos são universais.

Para comunicar, organizar e fortalecer as perspectivas de classes marginalizadas como a dos povos originários no âmbito social e político, as práticas de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária (CPAC) e suas matrizes epistemológicas são uma alternativa viável.

As formas de saber educativas, participativas, dialógicas e humanísticas, que são bases epistemológicas para a CPAC (Peruzzo, 2024), são caminhos possíveis e promissores para que novas formas de habitar e interagir com a ecologia e com a democracia sejam possíveis.

Escutar diferentes saberes e oferecer um espaço de diálogo e desenvolvimento de cidadania permite o nascimento de novas narrativas e linguagens que podem contribuir com uma nova noção de processo democrático e relação com a natureza. Portanto, é necessário que se adote uma comunicação popular que seja pública ao se ocupar da “viabilização do direito social individual e coletivo à informação, à

expressão, ao diálogo e à participação. Fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo” (Duarte, 2011, p. 126)

A adaptação às crises ecológicas e democráticas necessita de uma comunicação que mobilize a cidadania participativa e que ofereça transparência aos direitos dos diferentes atores humanos, ecológicos e cibernéticos na arquitetura digital, e torne nítidas e comuns as possibilidades que a estrutura tecnológica oferece para a participação e democracia.

4.2. As limitações dos binômios tradicionais frente à contemporaneidade: as Relações Públicas e sua herança ocidental e corporativa

Semelhante à incompatibilidade das formas ocidentais de consumir e habitar frente às mudanças climáticas e na morfologia social, há também um desencontro na forma tradicional da atuação e do estudo das Relações Públicas com as crises e mudanças que surgem na contemporaneidade.

O trabalho de forma organizada e estruturada como é conhecido atualmente se origina junto ao desenvolvimento do capitalismo industrial, no começo do século XX. Suas primeiras ações e práticas junto ao agressivo capitalismo industrial mostram que a profissão se origina em um contexto em que antagonismos de classe se evidenciam, posicionando-se a favor do capital (Peruzzo, 1986).

O binômio “informação-persuasão” é descrito por Lemos (2017) como a fase inicial da disciplina, dominante nas primeiras décadas do século vinte. Foi influenciado diretamente pelos pensamentos de Lee e Bernays e se conecta unilateralmente à organização diante do público com a ideia de alinhar interesses privados com os interesses públicos.

Essa perspectiva atende uma necessidade do capitalismo industrial, adequando-se ao modelo democrático presente nos países do oeste europeu e na América do Norte, a democracia ocidental. Alinhada às práticas do capitalismo industrial da época e da democracia liberal representativa, as Relações Públicas criaram suas bases teóricas.

O binômio de “relacionamento-simetria”, o segundo ciclo, tem uma proposta mais simétrica entre interesses organizacionais e interesses do público. A “teoria geral

da excelência”, proposta por Grunig e Hunt entre os anos de 1970 e 1980, pauta este binômio e propõe um novo olhar disciplinar ao apontar que a excelência das Relações Públicas está em uma ação gerencial e um modelo simétrico para a prática.

No entanto, o binômio “relacionamento-simetria”, apesar da revisão de inúmeros conceitos do ciclo embrionário “informação-persuasão”, ainda possui bases comuns, sobretudo quando se trata da conexão de um referencial político e democrático euro-americano. A ideia de “excelência” ainda é pautada no que é excelente para o contexto político e social estadunidense.

Esses binômios disciplinares representam especialmente o compromisso da disciplina com o mundo organizacional e corporativo, o qual exige “obediência a princípios corporativos que servem de base para o estabelecimento do relacionamento eficaz” (Grunig *et al.*, 2009, p. 159).

A abordagem organizacional e os primeiros binômios parecem ter uma relação mais distante com as potências da atuação fora do âmbito das organizações. Apesar dos departamentos de responsabilidade social, a maior proximidade com os interesses das organizações e do lucro transformam a promoção da cidadania e a construção de uma democracia em objetivos secundários para parte da atuação e campo disciplinar das Relações Públicas.

Essa postura de priorizar os interesses organizacionais pode ser ineficaz ao tratar integralmente de problemas sociais mais complexos, como as crises ecológica e democrática. Muitas organizações têm práticas a favor da responsabilidade social e da sustentabilidade, porém essas ações ainda precisam ressoar com importância e urgência em sua cultura e valores.

Se almeja um envolvimento sério com as “comunidades” e uma posição sustentável na sociedade, novos princípios, posturas e práticas são requeridos, não só dos profissionais de comunicação, mas das organizações, no desenvolvimento de suas culturas e de suas práticas operativas, produtivas, mercadológicas, institucionais e de relações com a força de trabalho (Peruzzo, 2017, p. 25).

Ademais, em face das crises contemporâneas, as epistemes e ideias ocidentais sobre conceitos como opinião pública, sensibilização, engajamento e mobilização – as bases teóricas das Relações Públicas – perderam parte da sua relevância.

A transfiguração digital da realidade adiciona ainda mais camadas de complexidade a este cenário. As linguagens tradicionais da disciplina, desenvolvidas no contexto da modernidade industrial, mostram-se cada vez mais incompatíveis com os problemas sociais, ambientais e políticos contemporâneos.

A mera adaptação das técnicas, funções e papéis às tecnologias da arquitetura digital e os simples atos paliativos de sustentabilidade podem não ser suficientes para que as Relações Públicas, enquanto disciplina e profissão, contribuam para a construção de um novo momento na história do planeta.

A mudança necessária está na adoção de novas linguagens – ela precisa ser capaz de incorporar conceitos e perspectivas que deem conta das transformações paradigmáticas em curso, incluindo a compreensão de fenômenos como a cidadania digital e a sustentabilidade planetária. Enxergar o papel da profissão no campo macro e microsocial talvez seja o primeiro passo para a inclusão de um arcabouço profissional e teórico que dialogue com as mudanças atuais para além dos saberes ocidentais que sustentaram em parte as Relações Públicas.

4.3. A proposta de novos caminhos para a disciplina através da Escola Crítica

A corrente crítica, em suas diferentes linhas de estudo, tem evidenciado a necessidade de questionar, complementar e rever o pensamento hegemônico, bem como incorporar alternativas que possam enriquecer a compreensão do papel das Relações Públicas na sociedade contemporânea.

As propostas da Escola de estudar as consequências da função em nível macro e microsocial, seu papel discursivo e os contextos que cercam diferentes atuações (Lemos, 2017) sugerem um questionamento não só dos papéis e funções, mas também das metodologias tradicionais e hegemônicas.

Como já foi discutido, a razão de parte considerável das crises climática e democrática ocidental é a inequação da filosofia ocidental e da tradição judaico-cristã com as atuais mudanças tecnológicas e ecológicas. Os padrões de produção e consumo atuais de parte da humanidade são a razão da crise climática (IPCC, 2023), e as ideias formuladas na modernidade industrial sobre a morfologia política e social são incapazes de dominar a nova conceituação do que é a opinião pública,

participação e representação democrática (Di Felice, 2021).

Esses problemas não se restringirem à esfera comunicacional, atingindo, também, soluções como a transparência de possibilidades, direitos e deveres na esfera digital, a construção de novas narrativas para a relação com a ecologia, a cocriação de um novo ambiente democrático com integração do diálogo e participação popular inclusiva.

Ao falar sobre a formação para a cidadania digital, Di Felice (2021) explica que é necessário, para o uso holístico do conhecimento oferecido pela rede, “promover o pleno conhecimento dos regulamentos, direitos, privilégios e obrigações que existem nas interações em rede” (Di Felice, 2021, p. 183).

A publicização dos direitos, deveres e possibilidades que a arquitetura informacional oferece é um passo fundamental para a relação ética do cidadão. Unir as possibilidades de conexões com outros sujeitos não humanos e aos seus direitos e deveres enquanto cidadão digital é uma prática necessária. Neste sentido, as práticas de Comunicação Pública podem ser adaptadas e amplamente cooptadas pelas Relações Públicas.

A Comunicação Pública, pela definição de Duarte (2011), é a “interação e o fluxo de informação vinculados a temas de interesse coletivo” (2011, p. 127). A prática é uma de ação coletiva entre os diferentes setores da sociedade, que podem trabalhar com uma comunicação a favor do interesse coletivo e comum.

Os estudos e a atuação das Relações Públicas concomitantes com a Comunicação Pública podem ser úteis para o trabalho baseado em transparência digital. Utilizar eixos como transparência, acesso, interação e ouvidoria social (Duarte, 2011, p. 132) é uma solução interessante para fomentar o diálogo e a participação no ambiente digital. Porém, os eixos da comunicação aplicados também aos novos sujeitos não humanos, como as inteligências artificiais, bots, ferramentas de ouvidoria, e às florestas, rios e a biodiversidade digitalizadas, podem conectar o interesse coletivo a algo mais amplo e urgente: a crise climática e ao exponencial desenvolvimento da arquitetura digital.

A questão discursiva e narrativa é também uma linha de estudo e de atuação

importante para a sustentabilidade da biosfera e para a adoção de discursos e textos mais alinhados com o bem-estar do planeta.

Lemos (2017) traz os estudos discursivos e das novas narrativas como uma linha da Escola Crítica de Relações Públicas. A corrente não olha somente para a força discursiva da função como um instrumento, mas também para seu contexto macro e microsocial e suas consequências para a forma que as pessoas enxergam sua realidade e se comportam.

[...] esses estudos, particularmente aqueles que se dirigem a visões macrossociais e efeitos intencionais e não-intencionais das metanarrativas no mundo social, bem como à relevância das micronarrativas para a reconstrução das histórias e modos de fazer relações públicas (Lemos, 2017, p. 165).

As possibilidades da linha narrativa para os modos de atuação das Relações Públicas são variadas. No contexto das crises ecológica e democráticas, é importante fomentar narrativas não ocidentais sobre a relação entre pessoas, natureza e tecnologias, e desconstruir aquelas que reforcem formas de saberes e habitar não compatíveis com as crises contemporâneas.

Enxergar a força discursiva das Relações Públicas permite que a disciplina também seja vista como um espaço de resistência no campo discursivo e de construção, desconstrução e reconstrução de sentido.

Assim, reforça a necessidade de se desconstruir as narrativas dominantes no campo, como é o caso dos modelos de relações públicas, por exemplo. Os estudos da linguagem reivindicam o poder das palavras (Lemos, 2017, p.142).

Introduzir narrativas que proponham relações de proximidade e de convivência complementar com o meio ambiente, assim como as do povo Krahô descritas por Di Felice (2021), é um caminho para converter e sinalizar, através de uma comunicação pública, a importância de reinventar padrões de consumo e produção, principalmente das classes mais altas.

Protagonizar conhecimentos dos povos originários pode ser uma alternativa importante e decolonial que valoriza a diversidade de saberes, bem como a ancestralidade destes povos, que veem a natureza para além do homem ocidental e suas forma de separar o mundo em três reinos – o animal, o vegetal e o mineral –, “colocando-se no topo de uma pirâmide em que se via como o único ser inteligente,

capaz de dispor de todos os bens existentes no planeta” (Di Felice, 2021, p. 66).

Criar narrativas que valorizem as perspectivas do planeta enquanto organismo vivo parece ser um caminho relevante para as Relações Públicas. Para além disso, junto à Comunicação Pública, poder-se-ia também pensar em utilizar a potência do ambiente informacional e digital não só para ampliar histórias alternativas, mas também para cocriar narrativas que dialoguem com dados e convidem outros cidadãos a participar.

4.4. Relações Públicas Populares: uma perspectiva transformadora para os desafios contemporâneos

Central à proposta de adaptação das Relações Públicas a uma nova cidadania, democracia e à sustentabilidade planetária, está a linha de estudos e atuação das Relações Públicas Populares. Através das lentes teóricas de CPAC, que exploram e criticam as estruturas de poder presentes na sociedade, tem-se a possibilidade de conceber uma atuação e abordagem para as Relações Públicas pautadas na resistência no campo discursivo, sobretudo a favor da realidade e da emancipação das classes subalternas.

Peruzzo (2020) lança luz sobre a vanguarda e a história brasileira no tema das interfaces entre a profissão, seus pressupostos teóricos e a CPAC:

Essa perspectiva se abre com mais clareza e tentativas de sistematização teórica a partir de 1980 no Brasil quando é realizado um primeiro painel “Relações públicas - como servir aos interesses populares”, durante o IX Congresso da União Cristã Brasileira de Comunicação Social, em São Bernardo do Campo-SP. Este painel foi organizado por mim, a partir de uma provocação do visionário professor José Marques de Melo (in memoriam) e contou também com a participação de José J. Queiroz, Margarida M. K. Kunsch e Anízio Batista de Oliveira (Peruzzo, 2020, p. 9).

Como uma nova possibilidade de atuação, as Relações Públicas “populares” ganharam mais expressividade a partir do conceito de que as técnicas e teorias poderiam mudar de ótica e de função, passando a servir os interesses das classes subalternas e “libertar a sociedade” (Queiroz, 1980 *apud* Peruzzo, [1982] 2016, p. 127).

Uma das contribuições teóricas e práticas das Relações Públicas Populares para o atual contexto social, político e ecológico é a centralização das alternativas e

soluções anteriores. Tanto as ações quanto os estudos de Comunicação Públicas e de novas narrativas podem ser aplicados por diferentes atores do primeiro, segundo e terceiro setores, porém a transformação ontológica de Relações Públicas só será possível quando seu papel histórico no sistema capitalista for revisto.

O capitalismo é um modo de produção ainda intrinsecamente ligado à ocidentalidade e à modernidade industrial e financeira que priorizam o lucro e a produção sobre os direitos dos cidadãos e do meio ambiente. A Comunicação Pública e as novas narrativas, quando associadas aos interesses organizacionais e do lucro, não permitem que a ontologia ocidental seja revista.

As Relações Públicas Populares, em seus elos com CPAC, permitem um novo olhar para esse papel. Essa perspectiva traz uma atuação mais conectada com as ideias de participação, diálogo e autonomia “sintonizadas, à educação popular informal e não formal voltadas ao desenvolvimento da cidadania” (Peruzzo, 2024, p. 116).

O acesso à informação através de outros “infoindivíduos”, como os dados, as inteligências artificiais, as florestas, os climas e a biodiversidade digitalizada, permite que a Comunicação Pública sobre o planeta seja mais rápida, ativa, transparente e dialógica. Esses sujeitos não humanos, junto às possibilidades de diferentes grupos sociais populares se conectarem, permitem que novas narrativas sejam criadas e partilhadas, extrapolando as metanarrativas.

Alinham-se, em um ambiente digital altamente conectado, o dever da comunicação pública em tratar do interesse coletivo (Duarte, 2011), o anseio das Relações Públicas Populares em mobilizarem a sociedade (Peruzzo, 2015) e a ação das novas narrativas em incluir “as narrativas de grupos e indivíduos como força de resistência discursiva e de reconstituição da narrativa histórica e confrontação às metanarrativas” (Lemos, 2017, p. 165).

Para ser parte ativa na superação das crises ecológicas, políticas e tecnológicas citadas por IPCC (2023) e Di Felice (2021), as Relações Públicas precisam olhar para a CPAC. Os olhares popular, alternativo e comunitário não apresentam somente formas de mitigação das crises, como também formas de adaptação, otimização e aproveitamento das mudanças em curso.

Apesar das mudanças significativas para importantes eixos da sociedade e da democracia, nunca foi tão promissora a possibilidade de se ter ferramentas que possibilitam, para além da gestão precisa da imagem das organizações, a participação e a mobilização política popular. Um importante exemplo disso é trazido por Di Felice (2021):

A plataforma LiquidFeedback é dividida em seções e áreas. As seções agrupam áreas afins em temas, como aqueles relacionados a questões ambientais ou administrativas, além de outros. As áreas, por sua vez, indicam quóruns específicos e mais restritos. Cada área conta com "políticas" ("políticas") que regulam o processo de tomada de decisão desenvolvido em quatro fases: admissão, discussão, verificação e votação. O processo de votação ocorre por meio de dois quóruns. Na primeira fase, o proponente escreve uma proposta e os membros do quórum decidem se participam ou não e se começam a discutir o tópico da proposta. Se a proposta encontrar um interesse que exceda a porcentagem mínima, ela passará para a segunda fase e para a votação final. Todas as fases, além dos métodos de discussão, possuem um tempo específico de duração. Nessa segunda fase, todos os membros podem alterar a proposta ou propor uma alternativa. Cada sugestão é então votada. Todos os comentários são verificáveis e visíveis, assim como os votos, que também podem ser verificados e exibidos após ocorrida a votação. Definimos o ecossistema dessa plataforma digital como sociotécnico, pois todas as formas de diálogo, debate e votação só são possíveis por meio da interação com dispositivos, design, dados, softwares, algoritmos e interfaces tecnológicas que compõem o ecossistema da LiquidFeedback (Di Felice, 2021, p. 163).

“Mobilizar”, no sentido de convocar diferentes atores que vivem em um meio social, ambiental e digital em comum, é educar esses atores para que se sintam corresponsáveis pelo seus problemas seu contexto e passem a agir na tentativa de solucioná-los (Braga; Henriques; Mafra, 2004, p. 36).

Um exemplo atual de mobilização das classes subalternas no ambiente digital foi o movimento “Vida Além do Trabalho”, uma ação que levou à mobilização dos usuários do Tiktok para o fim da jornada de trabalho seis por um.

Apoiado por seguidores que se sentiam da mesma maneira, Rick (Ricardo) Azevedo seguiu o próprio conselho. Com a produção de vídeos totalmente voltados para a organização do movimento e chamadas para a rua, seus gritos de revolta tocaram os semelhantes. Foi nesse contexto de insatisfações que nasceu o Vida Além do Trabalho (VAT), movimento pelo fim da escala 6x1 e uma vida digna. Para seu líder, a aceitação é reflexo do cansaço do trabalhador atual. “Percebo que todo mundo está exausto. Ninguém aguenta mais a escala e a carga horária. As pessoas estão doentes e querem mudanças, mas, em situação de tanto esgotamento mental e físico, não sabiam como fazer, como falar. O movimento foi como um norte”, afirma Rick (Esquerda Online, 2024).

A mobilização social e a construção de uma imagem institucional sólida para o movimento e seu líder, Ricardo Azevedo, resultou na criação de uma petição pública

on-line com mais de um milhão de assinaturas e na candidatura e eleição de Ricardo como vereador da cidade do Rio de Janeiro (Brasil de Fato, 2024).

O movimento “Vida Além do Trabalho” é uma ilustração do trabalho de Comunicação Popular na esfera digital, que pode ser potencializado pelo trabalho de Relações Públicas Populares. A ação de criar uma imagem institucional, articular relacionamentos com outros movimentos sociais, criar novas narrativas que potencializem movimentos e fortalecer a Comunicação Pública são ações possíveis de um profissional da área.

Estudar e implementar formas de potencializar essa mobilização, a educação informal e a cocriação com as classes periféricas e subalternas de uma comunicação que preze o debate, a discussão e troca democrática, permite que se imagine novas formas de troca e de participação em um ambiente democrático digital que inclui outros atores.

Esse passo parece ser muito promissor para a disciplina, pois esse tipo de atuação pode trazer insumos e conhecimentos não só para as Relações Públicas, mas também para outros campos de conhecimento próximos, como o de Comunicação Pública, Ciências Sociais, Psicologia Social, entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa visou, primeiramente, elucidar como as Relações Públicas, desde sua origem no contexto estadunidense até sua consolidação no Brasil, foram historicamente estruturadas para atender interesses corporativos e hegemônicos, pautando-se em uma visão funcionalista que naturaliza desigualdades como meras “disfunções” a serem harmonizadas.

O que se buscou destacar é que esta abordagem pautou grande parte das bases acadêmicas do país; profissionais e teóricos foram formados em bases que privilegiam metodologias quantitativas e analíticas voltadas a servir os interesses de um mercado que enxerga a função de Relações Públicas conectada sobretudo às corporações.

Portanto, pode-se apontar que o campo brasileiro, que, com o tempo, passou a enxergar sua atuação de forma mais gerencial, ainda não se dedicava a ideias mais criativas e ousadas. Há, conforme visto nos levantamentos de Kunsch (2015, 2022), um desenvolvimento da perspectiva mais crítica e direcionada para o interesse público e cidadão, porém esta evolução ainda é lenta diante das crises que se evidenciaram nas últimas décadas.

Não só o planeta tem enfrentado mudanças climáticas alarmantes decorrentes da ação humana, mas parte dos conceitos que fundamentaram a matriz histórica de Relações Públicas têm sido erodidos pelas intensas mudanças tecnológicas.

Ideias como opinião pública, interesse público, massas, diálogo, participação e democracia têm sido bruscamente alteradas por um novo contexto: a construção imprevisível de uma arquitetura digital que altera profundamente a morfologia social e política em que as Relações Públicas foram construídas e às quais ela é associada por muitos autores atualmente.

A junção desses fatores à crise ecológica e à democracia ocidental urge mudanças na forma como os seres humanos se relacionam, fazem política, relacionam-se com a natureza e trabalham com comunicação. Portanto, mais do que nunca, é necessário questionar a centralidade de abordagens que priorizam o mercado, as organizações e os interesses hegemônicos.

A continuidade desse tipo de abordagem significa se prender a perspectivas ocidentais, com forte referencial dos Estados Unidos, que privilegiam a organização na atuação das Relações Públicas, mas que também não se adaptaram às mudanças ocorridas neste século.

O cenário contemporâneo, marcado por tais transformações tecnológicas e desafios, demanda uma reinvenção ainda mais profunda da área. Não basta adaptar antigas técnicas aos novos contextos, realizar ações paliativas: é necessário desenvolver novas linguagens e abordagens que incorporem saberes diversos, inclusive aqueles tradicionalmente marginalizados pela epistemologia ocidental que inspirou as Relações Públicas.

Não só as maiores emissões de GEEs e de dióxido de carbono provêm de países da América do Norte e da Europa, mas também os conceitos de democracia liberal, opinião pública e participação democrática foram desenvolvidos nestes lugares.

Repensar a abordagem organizacional como a predominante e dar espaços a diálogos e saberes de contextos historicamente marginalizados são formas das Relações Públicas não só se adaptarem ao momento, mas também de capitalizarem as mudanças atuais para se colocarem na vanguarda de atuações e disciplinas frente às mudanças ocorridas.

Os caminhos alternativos para este papel vanguardista se apresentaram no Brasil por meio da Escola Crítica de Relações Públicas e pela atuação popular da profissão. Os métodos interpretativos e qualitativos, com suas potências criativa e reflexiva, são a razão de a corrente crítica ter um grande potencial neste momento.

As linhas de estudo da profissão, sua potência discursiva e o olhar para diferentes contextos colocam a atuação das Relações Públicas em um lugar crítico e flexível sobre os diferentes contextos no qual pode atuar, potencializando-se ao enxergar o papel contemporâneo que pode ter através de sua força discursiva.

A Escola Crítica abre espaço para diferentes referenciais teóricos, como fez com Peruzzo (1986) e Simões (1995), e para formas alternativas, apoiando outras disciplinas e abrindo-se para outras interpretações. Fazê-lo é imaginar uma disciplina

viva e conectada com os problemas atuais.

E, para além da Escola Crítica, este estudo aponta a potência das Relações Públicas Populares como uma possibilidade concreta de reorientação da prática profissional e da disciplina acadêmica. Privilegiando a mobilização social, a educação informal e a cocriação com grupos subalternos, esta abordagem permite pensar uma atuação profissional e uma produção acadêmica profundamente comprometida com os conflitos e transformações sociais.

Ao associarem e estudarem os movimentos sociais e democráticos, bem como a participação popular e a educação informal com base na nova arquitetura social advinda das mudanças climáticas e tecnológicas, as Relações Públicas poderão enxergar as possibilidades únicas deste momento de intensas transformações, além de contribuir com outras disciplinas através de uma atuação mais prática e mais próxima dos acontecimentos contemporâneos.

Este redirecionamento não apenas enriquece o campo das Relações Públicas, mas também contribui para outras áreas do conhecimento, como a Comunicação Pública e as Ciências Sociais. Ao assumir seu papel na construção de uma cidadania digital participativa e na promoção de uma comunicação genuinamente pública, as Relações Públicas podem se tornar um instrumento efetivo de transformação social.

O grande desafio, portanto, é continuar a contribuir para o desenvolvimento de perspectivas teóricas e de práticas profissionais que rompam com a tradicional subordinação aos interesses organizacionais, privilegiando a criticidade e os sonhos de uma área que pode contribuir para uma democracia e um amanhã mais justo para as classes populares e o planeta.

REFERÊNCIAS

BERNAYS, E. **Crystallizing public opinion**. New York: Liveright Publishing Corporation, 1923.

BERNAYS, E. **Propaganda**. [S.l.]. Stanford, 2004.

BRASIL DE FATO. **Influencer por redução de jornada de trabalho é mais votado do PSOL no RJ**: “Sindicatos têm relevância, mas precisam se adaptar”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/10/18/influencer-por-reducao-de-jornada-de-trabalho-e-mais-votado-do-psol-no-rj-sindicatos-tem-relevancia-mas-precisam-se-adaptar>. Acesso em: 3 nov. 2024.

DI FELICE, M. **A Cidadania Digital**: A crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes digitais. São Paulo: Paulus, 2021.

DUARTE, Jorge. **Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública**. In: KUNSCH, M. M. K. (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2011. p. 121-134.

ESQUERDA ONLINE. **Vida além do trabalho**: movimento pelo fim da escala 6x1 ganha força. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2024/10/23/vida-alem-do-trabalho-movimento-pelo-fim-da-escala-6x1-ganha-forca/>. Acesso em: 3 nov. 2024.

GRUNIG, James. **Uma teoria geral das relações públicas**: quadro teórico para o exercício da profissão. In: GRUNIG, James; FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio. **Relações públicas**: teoria, contexto e relacionamentos. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009. p. 15-123.

IPCC. **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, p. 35-115, 2023. Acesso em: 5 nov. 2024.

KUNSCH, M. M. K. **Gestão das Relações Públicas na contemporaneidade e a sua institucionalização profissional e acadêmica no Brasil**. *Organicom*, São Paulo, Brasil, v. 3, n. 5, p. 30-61, 2006. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2006.139990. Disponível em: <https://revistas.usp.br/organicom/article/view/139990>. Acesso em: 13. set. 2024.

KUNSCH, M. M. K. **Os campos acadêmicos em Comunicação Organizacional e Relações Públicas no Brasil**: caracterização, pesquisa científica e tendências. *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, v. 5, n. 10, p. 105-124, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5783/RIRP-10-2015-07-105-124>. Acesso em: 06 nov. 2024.

KUNSCH, M. M. K. **A produção científica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas no Brasil**: um estudo analítico-reflexivo sobre teses de doutorado (2015-2020). 2022. *Anais*. São Paulo: Associação Ibero-Americana de Investigadores da Comunicação, 2022. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003167376.pdf>. Acesso em: 15 de set. 2024.

KUNSCH, W. L. **Do mercado à academia**: as relações públicas em seu primeiro centenário (1906-2006). *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 55, 2006. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/213>. Acesso em: 08 set. 2024.

LOPES, Maria Immacolata V. de. **O campo da comunicação:** reflexões sobre seu estatuto disciplinar. Revista USP, São Paulo, n. 48, p. 46-57, dez. 1999/fev. 2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32890/35460>. Acesso em: 18 out. 2024.

LOPES, Valéria de Siqueira Castro; LEMOS, Else; DELPHINO, Christian. **Literatura em Relações Públicas:** estudo bibliométrico da produção acadêmica de relações públicas no Brasil entre 1960 e 1990. 2023. **Anais.** Rio de Janeiro: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55592/524.2023.5024983>. Acesso em: 1º out. 2024.

MAFRA, Rennan; HENRIQUES, Márcio; S. & BRAGA, Clara. **O Planejamento da Comunicação para a Mobilização Social:** em busca da co-responsabilidade. In: HENRIQUES, Márcio (org). **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004, p. 33-58.

LEMOS, Else Lemos Inácio. **A era pós-disciplinas e o ambiente contemporâneo de relações públicas:** cosmovisão ampliada da disciplina. Tese. São Paulo, 2017.

PERUZZO, C. K. **Relações públicas no modo de produção capitalista.** 2 ed. São Paulo: Summus, 1986.

PERUZZO, C. K. **Pressupostos de boas práticas de relações públicas com as comunidades:** relação entre ética, participação e desenvolvimento. Revista Organicom, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 19-31, 2017.

PERUZZO, C. K. **Interfaces entre Comunicação Comunitária e Relações Públicas Populares.** Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, modalidade virtual, FACOM - Universidade Federal da Bahia, de 1 a 10 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-1956-1.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2024.

PERUZZO, C. K. **Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa [recurso eletrônico].** - Dados eletrônicos. - Vitória, ES: Edufes, 2024. 266 p. 21 cm. - (Coleção Pesquisa Ufes; 58).

PRONI, M. W. **Duas teses sobre o trabalho no capitalismo.** Ciência e Cultura, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 23-25, out./dez. 2006

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas:** Função Política. São Paulo: Summus, 1995.

VIEIRA, R.F. **Relações Públicas:** opção pelo cidadão. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.